Campus Universitário de Almada

Instituto de Estudos Interculturais e Transdisciplinares de Almada

RESILIÊNCIA EM MULHERES PORTUGUESAS QUE SOFRERAM OU SOFREM DE VIOLÊNCIA ENTRE PARCEIROS ÍNTIMOS

Liliana Maria Cordeiro Cardoso, n.º 34904

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Doutor Miguel da Gama Barbosa

Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde

2021/2022

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DE CÓPIA

Instituto PIAGET

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE DEPÓSITO NO REPOSITÓRIO COMUM
Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7 de agosto

Considerando que a legislação em vigor referente ao depósito legal de dissertações e teses - artigo 50.º, do Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7 de agosto, obriga ao depósito de uma cópia digital das teses e outros trabalhos de doutoramento e das dissertações de mestrado num repositório integrante da rede RCAAP - Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal,

Liliana Maria Cordeiro Cardoso,

Portador do Cartão de Cidadão n.º **12517486**

Autor do Trabalho de Projeto / Relatório Final / Dissertação de Mestrado

Intitulado/a **Resiliência em mulheres portuguesas que sofreram ou sofrem de violência entre parceiros íntimos,**

Concluído/a em **20 / 06 / 2022**

Declaro, sob compromisso de honra, que:

1. O Trabalho de Projeto / Relatório final / Dissertação entregue e que conduziu à atribuição do grau é um trabalho original e detenho todos os direitos de autor;
2. Concedo ao Instituto Piaget, entidade instituidora da/o **ISEIT** uma licença não-exclusiva para a/o arquivar e tornar acessível em formato digital no Repositório Comum, ou em qualquer outro repositório que a Instituição venha a utilizar, com o seguinte estatuto:

   Acesso aberto X Acesso restrito ___

   Acesso fechado ___ Acesso Embargado[1] ___ até ___/___/____

Email: liliana_cardoso_20@hotmail.com Contacto tlf: 968 846 916

Data: 20/06/2022

Assinatura: Liliana Cardoso

[1]Após a data indicada, o documento fica disponível em Acesso Aberto.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

A presente dissertação foi realizada por **Liliana Maria Cordeiro Cardoso** do Ciclo de Estudos de **Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde,** no ano letivo de 202.1../202.2....

O seu autor declara que:

(i) Todo o conteúdo das páginas que se seguem é de autoria própria, decorrendo do estudo, investigação e trabalho do seu autor.

(ii) Este trabalho, as partes dele, não foi previamente submetido como elemento de avaliação nesta ou em outra instituição de ensino/formação.

(iii) Foi tomado conhecimento das definições relativas ao regime de avaliação sob o qual este trabalho será avaliado, pelo que se atesta que o mesmo cumpre as orientações que lhe foram impostas.

(iv) Foi tomado conhecimento de que a versão digital este trabalho poderá ser utilizada em atividades de deteção eletrónica de plágio, por processos de análise comparativa com outros trabalhos, no presente e/ou no futuro.

(v) Foi tomado conhecimento que este trabalho poderá ficar disponível para consulta no Instituto Piaget e que os seus exemplares serão enviados para as entidades competentes e prevista na legislação.

...20... de.....Junho..... de 20.22...

Assinatura

Liliana Cardoso

ÍNDICE

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DE CÓPIA III

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE V

ÍNDICE DE TABELAS IX

LISTA DE ABREVIATURAS X

AGRADECIMENTOS XI

RESUMO XIII

ABSTRACT XV

INTRODUÇÃO 1

ENQUADRAMENTO TEÓRICO 5

Resiliência 5
Violência entre Parceiros Íntimos 8
Resiliência e Violência entre Parceiros Íntimos 15

ARTIGO CIENTÍFICO 20

RESUMO 20
Palavras-Chave: 21

ABSTRACT 22
Keywords 23

1. Introdução 3

2. Objetivos 5
2.1 Objetivos Gerais 5
2.2 Objetivos Específicos 5
2.3 Hipóteses 5

3. Método 7
3.1 Participantes 7
3.2 Instrumentos 8
3.3 Procedimento 10
3.4 Análise dos dados 11

4. Resultados 12
4.1 Relação entre Resiliência e Dados Sociodemográficos 12
4.2 Relação entre resiliência e as subescalas vitimização e perpetração 15
4.3 Relação entre a Resiliência e Motivo da Perpetração 18

5. Discussão 20
5.1 Limitações e direções futuras 22
5.2 Conclusão 23

6. Referências 24

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **28**

ANEXOS **35**
Anexo 1 – Nível de significância entre as subescalas da dimensão perpetração 35
Anexo 2 - Nível de significância entre as subescalas da dimensão vitimização 37

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1- Estatística descritiva dos dados sociodemográficos 6

Tabela 2 – Estatística descritiva da escala de resiliência CD-RISC 12

Tabela 3 – Comparações múltiplas da escala de resiliência (CD-RISC) 13

Tabela 4 – Análise descritiva das subescalas vitimização e perpetração (CTS-2) 14

Tabela 5 – Resultados da análise comparativa das subescalas da CTS-2 segundo a perpetração e vitimização 15

Tabela 6 – Correlação entre a escala de resiliência (CD-RISC) e as subescalas da escala de táticas de conflito revisada (CTS-2) 16

Tabela 7 – Comparações múltiplas da variável motivo da perpetração 17

LISTA DE ABREVIATURAS

ASGVCV (Ação de Saúde Sobre Género Violência e Ciclo de Vida)

APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima)

CC (Controlo Coercivo)

CD-RISC (Escala de Resiliência Connor-Davidson)

CTS-2 (Escala de Táticas de Conflito Revisada)

DGS (Direção Geral de Saúde)

OMS (Organização Mundial de Saúde).

PNCVD (Plano Nacional Contra a Violência Doméstica)

SPSS (*Statistical Package for the Social Science)*

VPI (Violência entre Parceiros Íntimos)

AGRADECIMENTOS

Uma dissertação de mestrado é sempre uma longa viagem cheia de percalços no caminho, mas nunca um caminho solitário. Esta viagem contou com a ajuda e apoio de pessoas importantes, entre as quais agradeço.

Ao Prof. Dr. Miguel Barbosa por ter aceitado o desafio como orientador deste tema, pelo apoio, orientação e disponibilidade que sempre demonstrou desde o início.

A todas as mulheres que participaram neste estudo, pela sua colaboração na obtenção de dados.

Ao Dr. Pacheco por todo o apoio, motivação e preocupação que sempre teve para comigo nestes últimos tempos.

À Cristina pela ajuda que disponibilizou.

À minha família, em especial aos meus pais, Rosa e Adelino, pois sem eles nada disto seria possível, por todo o apoio, confiança, motivação e suporte que me deram.

À minha irmã Ângela, por estar sempre ao meu lado.

Às minhas colegas de curso, Angélica, Fernanda e Débora, pela amizade destes longos meses de desafios e mútuo apoio.

Ao meu querido filho Tiago, um grande obrigado por teres sido o meu maior pilar na concretização deste projeto de vida tão pessoal. Graças a ti, saí da zona de conforto e me aventurei nesta longa viagem. Obrigada pela força que me deste.

RESUMO

Introdução: A resiliência assenta na capacidade de recuperação e superação perante situações adversas e geradoras de grande *stress*. A Violência entre Parceiros Íntimos (VPI) afeta tanto o homem como a mulher, no seio de uma relação de intimidade. Objetivo: o principal objetivo deste estudo foi identificar os principais fatores que influenciam a resiliência das mulheres portuguesas que mantiveram uma relação de VPI, tal como compreender se os motivos da perpetração por parte da mulher contra o parceiro foram utilizados como forma de defesa ou retaliação e, neste sentido, verificar a sua relação com a resiliência.

Método: estudo observacional-descritivo transversal, em que 121 participantes do sexo feminino preencheram a Escala de Resiliência de Connor-Davidson (CD-RISC) e a Escala de Táticas de Conflito Revisada (CTS-2). Resultados: As informações obtidas pela amostra indicam diferenças estatisticamente significativas entre a resiliência e as habilitações literárias da mulher (r_s = .19; p = .03), assim como, entre a resiliência e as negociações emocionais (r = .24; p = 0.1) e cognitivas (r = .28; p = 0.1) utilizadas pelo parceiro na resolução de conflitos. Por outro lado, verificaram-se associações negativas entre a resiliência e as agressões psicológicas severas perpetradas pela mulher contra o parceiro (r = -.21; p = .02). Verificou-se ainda que a perpetração da violência por parte da mulher é utilizada, em média, como defesa dos ataques verbais (2.74 ± 1.41) e físicos (1.92 ± 1.38) do parceiro e também como retaliação (1.67 ± 1.21). No entanto, a perpetração da violência utilizada pela mulher como forma de defesa contra os ataques físicos do parceiro apresenta uma associação negativa com a resiliência (r = -.17; p = .03), tal como a retaliação (r = -.19; p = .02). Conclusão: Os fatores que influenciam positivamente a resiliência dizem respeito às habilitações literárias da mulher e do interesse do parceiro na resolução dos conflitos. Por outro lado, os fatores que influenciam negativamente a resiliência estão ligados ao uso da violência psicológica e retaliação contra o

parceiro e ainda ao fato das mulheres utilizarem a violência para se defenderem contra os ataques físicos do parceiro.

Palavras-Chave: Resiliência, Violência entre Parceiros Íntimos (VPI), mulheres, vitimização, perpetração.

ABSTRACT

Introduction: Resilience is based on the ability to recover and overcome adverse situations that generate great stress. Intimate Partner Violence (IPV) affects both men and women within an intimate relationship. Objective: the main objective of this study was to identify the main factors influencing the resilience of Portuguese women who have been in a relationship of IPV, as well as understand whether the reasons for the perpetration by the woman against her partner were used as a form of defense or retaliation and, in this sense, verify their relationship with resilience.

Method: cross-sectional observational-descriptive study, in which 121 female participants completed the Connor-Davidson Resilience Scale (CD-RISC) and the Conflict Tactics Scale Revised (CTS-2). Results: The information obtained from the sample indicated statistically significant differences between resilience and the woman's educational attainment *(r_s*= .19; p = .03), as well as, between resilience and emotional (r = .24; p = 0.1) and cognitive (r = .28; p = 0.1) negotiations used by the partner in conflict resolution. On the other hand, there were negative associations between resilience and severe psychological aggression perpetrated by the woman against her partner (r = -.21; p = .02). It was also found that the woman's perpetration of violence is used, on average, as a defense from verbal (2.74 ± 1.41) and physical (1.92 ± 1.38) attacks by her partner, as in retaliation (1.67 ± 1.21). However, perpetration of violence used by women as a form of defense against physical attacks by their partner shows a negative association with resilience (r = -.17; p = .03), as does retaliation (r = -.19; p = .02). Conclusion: Factors that positively influence resilience relate to the woman's educational attainment and the partner's interest in resolving conflicts. On the other hand, the factors that negatively influence resilience are linked to the use of psychological violence and

retaliation against the partner and also to the fact that women use violence to defend themselves against physical attacks by the partner.

***Keywords*:** Resilience, Intimate Partner Violence (IPV), women, victimization, perpetration.

INTRODUÇÃO

O conceito de resiliência começou a ser trabalhado na área da psicologia, a partir da década de 80, debruçando-se, principalmente, sobre a possibilidade de um sujeito recuperar depois de viver situações adversas ou causadoras de traumas (Cyrulnik & Anaut, 2016). Ser resiliente implica uma superação, uma recuperação por parte do sujeito em ultrapassar acontecimentos geradores de grande *stress* ou adversidades (Fingergut, 2011 & Rutter, 2012). Contudo, a resiliência irá depender das diferenças individuais de cada um (Rutter, 2012), das diferentes fases de vida em que o sujeito se encontre e das problemáticas que ocorram (Humphreys, 2003). Anderson et al. (2012) mostraram que apesar das mulheres passarem por situações de muito *stress* na Violência entre Parceiros Íntimos (VPI), podendo dar origem a depressões, ansiedade e baixa autoestima, os níveis de resiliência são elevados.

A VPI é um dos termos mais recentes utilizados no conceito da violência doméstica, pois inclui todos os tipos e formas de violência exercida entre indivíduos que mantêm ou mantiveram uma relação íntima entre si de índole heterossexual ou homossexual, em relações matrimoniais, uniões de facto ou namoro (McHugh & Frieze, 2006). Esta prática é exercida por um dos parceiros (marido ou companheiro) através de atos violentos (McHugh & Frieze, 2006), com o propósito ou probabilidade de provocar sofrimento, ferimentos, morte, dano psicológico, prejuízo do desenvolvimento ou privação contra o outro (World Healt Organization [OMS], 2002).

No inquérito nacional sobre violência exercida contra mulheres e homens realizado na população portuguesa em 2007, constatou-se que 38% das mulheres inquiridas eram vítimas de violência física, psicológica e sexual (Lisboa et al., 2009). Numa escala global, a violência praticada contra as mulheres, por autoria dos homens, situa-se nos 74,7% contra os 27,3% de

violência praticada por mulheres contra os homens, sendo os principais autores, o (ex)marido, (ex)companheiro ou (ex)namorado (Lisboa et al., 2009).

Entre o ano 2017 e 2020, o relatório de segurança interna, relativamente aos crimes de violência doméstica, indicou que entre 75% e 80% das vítimas são do sexo feminino, com idades iguais ou superiores a 25 anos, onde 80% dos agressores são do sexo masculino e com idades iguais ou superiores a 25 anos (Braga & Gonçalves, 2021). À semelhança do que se verifica nas estatísticas da Associação Portuguesa de Apoio a Vítimas de Crime (APAV), em termos de violência doméstica, as relações de intimidade, foram as mais assinaladas como crime. De acordo com as estatísticas da APAV (2021), no ano 2020, receberam um total de mais de 44% de crimes relacionados com a VPI, onde 75% das vítimas são do sexo feminino e o principal agressor é o cônjugue (18,2%), seguindo-se o companheiro/a (9,5%), o ex-companheiro/a (7,5%), o ex-cônjugue (3,9%), o ex-namorado/a (3,3%) e por último, o namorado/a (1,8%).

Por outro lado, um estudo realizado em 2015, em seis países europeus, entre os quais Portugal, concluiu que tanto os homens como as mulheres apresentavam índices idênticos de vitimização e perpetração na VPI, com exceção da coerção sexual, sendo esta perpetrada maioritariamente por homens (Costa et al., 2015). Apesar de haver estudos onde indicam que a violência psicológica é muito utilizada pela mulher contra o parceiro íntimo (Coelho et al., 2014; Lisboa et al., 2009), outros estudos referem que a mulher é tão violenta quanto o homem, o que pode levar a equívocos, uma vez que, nestas investigações, comparam unicamente a violência física entre ambos (Swan e Snow, 2006). Assumindo que, tanto homens como mulheres podem dar início à violência física, quando a mesma é bidirecional, pode resultar num aumento de lesões em escala para a mulher e esta tornar-se violenta num futuro (Whitaker et al., 2007).

Apesar da VPI afetar tanto o homem como a mulher, sem definição do género entre vítima e perpetrador, a prevalência de VPI é superior nas mulheres (Carbone-Lopez et al., 2006), pois os homens, ao serem fisicamente mais fortes, conseguem infligir danos maiores às mulheres e estas utilizam a violência como um comportamento de defesa ou retaliação (Dobash et al., 1992 & Langhinrichsen-Rohling's, 2005). No entanto, este padrão de retaliação por parte das mulheres pode ser visto como um mecanismo primário podendo levar também ao aumento de lesões (Whitaker et al., 2007). As principais razões que levam as mulheres a adotarem comportamentos violentos estão associadas com a autodefesa contra os ataques do parceiro; o medo de agressão por parte dos mesmos e da necessidade de autoproteção, uma vez que a probabilidade de sofrerem ferimentos é superior à dos homens; à proteção dos filhos; terem algum controlo sobre o outro no sentido de suprirem uma necessidade (p. ex.: pedir ao parceiro para fazer algo) e utilizam a retaliação para se vingarem de um comportamento ou atitude que parceiro teve, assim como, da violência psicológica exercida contra elas (Swan & Snow, 2006). Normalmente, níveis mais baixos de resiliência em mulheres vítimas de VPI, são determinados, principalmente, pelo perpetrador (Tsirigotis & Luczak, 2017).

Neste sentido, para compreender o impacto da resiliência na VPI é necessário compreender de que forma a violência foi utilizada por parte das mulheres em relação parceiro, ou seja, se a mesma foi utilizada como um ato de defesa ou retaliação (Howell et al., 2018).

Embora as investigações sobre resiliência em mulheres expostas à VPI sejam ainda limitadas, existe sempre a necessidade de examinar resultados positivos após a adversidade (Anderson et al., 2012), pois apesar da literatura relatar os efeitos nocivos relacionados com a VPI, muito pouca investigação foi realizada da sua relação com a resiliência (Howell et al., 2018).

Com este estudo, pretende-se identificar os fatores que influenciam a resiliência numa relação de VPI, tal como compreender se os motivos da perpetração por parte da mulher em estudo contra o parceiro foram utilizados como forma de defesa contra os seus ataques verbais e/ou físicos ou, como forma de retaliação e, neste sentido, verificar a sua relação com a resiliência.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Resiliência

Embora o termo resiliência provenha das ciências exatas e da física, mais propriamente sobre a resistência dos materiais através da sua resistência a um impacto, ou à pressão sofrida sem se deformar, voltando posteriormente à sua forma original, este conceito foi adotado mais tarde por pesquisadores da área da psicologia (Cyrulnik, 2001).

Entre a década de 70 e 80, alguns investigadores interessaram-se pelo fenómeno de que alguns sujeitos permaneciam saudáveis apesar de passarem por situações adversas e de grande *stress*, denominando-os como invulneráveis ou invencíveis e só mais tarde é que atribuíram a este fenómeno, o conceito de resiliência (Brandão, 2011).

Numa perspetiva behaviorista, de origem anglo-saxônica, a resiliência é centrada no indivíduo e da sua interação com o meio, através de dados observáveis e quantificáveis (Brandão, 2011). Numa perspetiva mais psicanalítica, sobressai a visão do sujeito através da sua narrativa intima e externa sobre a sua vida. Já a corrente latino-americana, centra-se numa perspetiva comunitária, sendo foco da resiliência, o meio social onde o sujeito está inserido, como resposta aos problemas perante as adversidades (Brandão, 2011).

Para Rutter (2012), a resiliência assenta na superação de experiências de grande *stress* ou adversidades, diminuindo a sensibilidade e vulnerabilidade perante tais situações ou, quando a resposta a determinada situação de risco é bem-sucedida.

Para Manciaux (2010 cit. por Aguilar & Rodríguez, 2015), ser resiliente significa resistir primeiro às adversidades da vida para depois se recuperar e seguir em frente, no sentido de poder viver uma vida da melhor possível perante qualquer obstáculo.

Ser resiliente significa também adotar uma atitude positiva e encontrar motivação para enfrentar as adversidades da vida, de forma a conseguir ultrapassá-las (Fingergut, 2011). Assim, o indivíduo resiliente vai analisando cada situação, estudando o tipo de adaptações que serão necessárias realizar para seguir em frente, procurando, ou não, apoio e ajuda na sua rede social (Fingergut, 2011). No entanto, as experiências positivas e negativas nem sempre afetam os indivíduos de igual forma, pois depende sempre das diferenças individuais de cada um (Rutter, 2012). Uma vez enfrentado o problema, haverá um processo de crescimento, aprendizagem e reestruturação interna que faz com que o sujeito acredite positivamente em si próprio, para enfrentar novas adversidades (Fingergut, 2011). Contudo, a resiliência não é um processo estático pelo que pode variar perante novas experiências, fases do desenvolvimento individual e diferentes circunstâncias da vida (Humphreys, 2003).

Southwick et al. (2014) referem que, embora seja importante para os investigadores identificar fatores relacionados com a resiliência, como a personalidade, tipo de desafios que enfrenta, os recursos disponíveis e o contexto no qual está inserido, é importante também reconhecer que o que determina o sucesso individual de cada um, pode variar de sujeito para sujeito.

Desta forma, uma das melhores formas de aumentar a resiliência é capacitar os sujeitos através de formações, onde os preparam para lidar com situações adversas ou stressantes, antes, durante ou depois das mesmas acontecerem (Southwick et al., 2014).

Segundo Martins e Jesus (2007), quando um sujeito é exposto a situações geradoras de grande *stress* ou desafiantes, ocorre uma disrupção do processo homeostático no sujeito e no seu ambiente, desencadeando o início do processo de resiliência. No caso de um sujeito conseguir manter um equilíbrio estável, através de um conjunto de estratégias e forças internas que lhe permitem enfrentar e ultrapassar com sucesso situações geradoras de grandes desequilíbrios internos, é considerado resiliente (Martins & Jesus, 2007). Caso contrário, o

sujeito poderá alcançar uma reintegração desadaptativa, tornando-o não resiliente (Martins & Jesus, 2007).

A origem da resiliência continua a ser discutida, uma vez que, pode ser manifestada através de comportamentos pró-sociais ou, como uma adaptação a algum evento marcante (Ungar, 2013). No entanto, um dos modelos mais significativos na resiliência foi proposto por Ungar (2013), como o modelo sócio ecológico, referindo a importância do ambiente em que o sujeito se encontra e como o mesmo se relaciona com a resiliência. Neste modelo, Ungar (2013), explica que: (1) a resiliência não depende unicamente das características individuais de cada um, mas da qualidade do ambiente para o crescimento pessoal de cada sujeito; (2) podendo a mesma (resiliência) oscilar dentro da mesma população e (3) onde tudo depende da quantidade de exposição ao risco que cada um está sujeito. Neste modelo, a resiliência é vista como a capacidade de os sujeitos irem ao encontro do seu bem-estar, através de recursos psicológicos, sociais, culturais e físicos para enfrentarem as situações adversas (Ungar, 2013). Walsh (1998), realça ainda a importância desses fatores na resiliência, onde a ausência de um é compensada pela presença de outro(s), dependendo da fase da vida em que o sujeito se encontra.

Por outro lado, Cyrulnik (2001), identificou sete fatores que caracterizam a resiliência: (1) i*nsight* (capacidade de se observar a si e aos outros); (2) independência (capacidade de se afastar emocionalmente e fisicamente de conflitos sem se isolar dos outros); (3) relação ou capacidade de criar vínculos afetivos com outros sujeitos; (4) capacidade de autorregulação e responsabilidade para ser autónomo; (5) humor e criatividade; (6) ideologia pessoal; e (7) capacidade de dar sentido à própria vida e desejar o bem aos outros. Para além destes sete fatores, Cyrulnik (2001) destacou três características em sujeitos resilientes: (1) nos momentos de trauma ou crise, os sujeitos resilientes pensam no que podem fazer e na forma de dar sentido

à vida para tornar a dor mais suportável; (2) formulam possíveis explicações sobre o que aconteceu, analisam situações, sentimentos e representações associadas ao trauma numa sequência, a fim de dar coerência aos acontecimentos e (3) recorrem a vínculos afetivos para aumentar a sua autoestima e confiança.

O modelo sócio ecológico de Ungar (2013) tem, ainda, como objetivo consciencializar os sujeitos a não se auto culpabilizarem pelo seu não desenvolvimento positivo, quando existe escassez de informação e acesso a recursos. Relações interpessoais positivas, identidade definida, poder/controlo, justiça social, sentimento de pertença, adesão cultural e recursos materiais, são alguns dos fatores associados a resultados positivos (Ungar, 2013). Embora a motivação pessoal, para uma adaptação positiva, tenha um forte impacto na superação de determinadas situações, os recursos existentes na comunidade têm que fornecer aos sujeitos o que eles necessitam de forma a facilitar o seu crescimento positivo e desta forma tornarem-se mais resilientes (Ungar, 2013).

Deste modo, seguindo estas perspetivas, a resiliência é um processo complexo a partir do qual a adaptação individual de cada um é composta por um conjunto de fatores pessoais, sociais, familiares e culturais (Fingergut, 2011).

Violência entre Parceiros Íntimos

Nos últimos 50 anos, o conceito de violência doméstica, também conhecida como violência conjugal ou Violência entre Parceiros Íntimos (VPI) na atualidade, foi alvo de várias pesquisas nas áreas da psicologia, ciências sociais e justiça criminal (Barner & Carney, 2011). Ao longo dos anos, tem havido uma evolução em termos de conceitos no que diz respeito à violência doméstica, que resulta em dano físico, sexual, psicológico ou sofrimento para a mulher, que ocorre em contextos públicos ou na vida privada (Braga & Gonçalves, 2021).

Nos anos 60 e 70, teve lugar a "história do movimento das mulheres maltratadas" na Europa e Estados Unidos (Braga & Gonçalves, 2021). Este movimento feminista, influenciado também pelos movimentos contra a guerra, direitos civis e direitos de igualdade entre homens e mulheres, ganhou força na segunda fase do movimento feminista e só então se começou a falar de questões relacionadas com a violência doméstica (Braga & Gonçalves, 2021). Nesta altura, utilizou-se o termo "mulher maltratada" para quebrar com alguns eufemismos já então criados e como forma de chamar a atenção para este fenómeno da violência doméstica (Braga & Gonçalves, 2021). O conceito de violência doméstica abrange todos os membros constituintes de uma família que coabitam na mesma residência e que, mais tarde, deu lugar a termos como violência conjugal ou VPI, sendo estes unicamente específicos para designar a violência por/entre parceiros íntimos (Braga & Gonçalves, 2021).

Até então, a VPI estava inscrita nos códigos de conduta, como sendo algo normal, onde a mulher tinha de prestar obediência, numa primeira fase da sua vida ao pai e, posteriormente ao seu marido, sendo esta a visão dominante sobre o papel da mulher que, de alguma forma, encontrava tolerância e legitimação na própria legislação, uma vez que não existia qualquer legislação que proibisse o homem de agredir fisicamente a sua esposa, ou seja, o homem teria autoridade para agir desta forma e a mulher tinha que prestar obediência à figura masculina, pois esta visão era vista socialmente e legalmente aceite pela ausência de leis que proibissem este tipo de comportamento (Braga & Gonçalves, 2021,).

Foi então que, neste período começaram a surgir os primeiros passos para a proteção das vítimas de VPI e com isso, o aparecimento das primeiras casas abrigo, realçando a verdadeira importância do fenómeno sobre violência doméstica (Braga & Gonçalves, 2021). O mesmo ocorreu em Portugal, por volta do ano de 1999, através da criação do I Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (PNCVD). O último plano que surgiu foi o V Plano Nacional Contra a

Violência Doméstica e de Género que abrangeu os anos 2014 e 2017, sendo substituído depois pela Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação que abrange os anos entre 2018 e 2030, denominado de "Portugal + igual" (Comissão para a cidadania e a igualdade de género [CIG], 2018).

De acordo com a OMS (2002), a VPI assenta em quatro tipos de violência: (a) violência física, caracterizada pelo uso intencional de força física com o objetivo de ferir ou causar dano físico com sequelas ou sem sequelas, através de murros, pontapés, estrangulamento, esfaqueamento, entre outros (Associação Portuguesa de Apoio a Vítimas [APAV], 2012 & Straus et al., 1996); (b) violência psicológica, aplicada sob o ponto de vista emocional, com atos verbais e não verbais, com o objetivo de manipular, atormentar, ameaçar, humilhar, chantagear, intimidar, desvalorizar e isolar a vítima (APAV, 2021 & Straus et al., 1996) Ameaças e intimidação na relação, pode ser um indicador claro que se segue violência física e/ou sexual (Braga & Gonçalves, 2021); (c) violência sexual que ocorre mediante a imposição de práticas sexuais sem a permissão da vítima, com recurso a atos coercivos como: ameaças, uso da força física, intimidação (APAV, 2021 & Straus et al., 1996) e ainda, obrigar a vítima à prática de atos sexuais com outros sujeitos (APAV, 2012); (d) e privação ou abandono, enquadrando-se esta também, na violência económica pela inibição ou controlo de acesso à parte financeira como uma forma de controlo (APAV, 2012 & Straus et al., 1996). É frequente neste tipo de violência a vítima submeter-se a atos indesejados, assim como à destruição de objetos e documentos pessoais da mesma (Straus et al., 1996). Qualquer forma de violência infligida inclui sempre consequências psicológicas, pelo que, a violência psicológica está sempre presente em todos os tipos de violência (Tsirigotis & Lucsak, 2017). Existe ainda outro tipo de violência entre parceiros denominada de perseguição ou *stalking* que resulta num comportamento de controlo constante dos movimentos da vítima, de forma a intimidar ou atemorizar a mesma (APAV, 2012).

Muitas vezes, o que poderá estar na base deste tipo de violência ou inclusive explicar e justificar a sua ocorrência, é englobado em diferentes perspetivas, sendo elas: (a) perspetivas intra-individuais, que estão relacionadas ou defendem que o comportamento agressivo está relacionado com características individuais do/a agressor/a e da sua personalidade, sendo que algumas causas que explicariam este comportamento agressivo seria a existência de algum tipo de perturbação psicológica; um temperamento mais irritável; estilos de personalidades mais hostis e agressivas e a presença de ansiedade ou depressão (Matos, 2002). Neste sentido, a adoção de comportamentos agressivos é justificada por algo que é intrínseco, relacionado com questões da personalidade e temperamento do/a agressor/a, logo, estes sujeitos acabam por ser desresponsabilizados pelo seu comportamento violento (Snell et al., 1964, cit. por Braga & Gonçalves, 2021). Nesta perspetiva, prevalecia a crença de que a VPI era um assunto privado, um ato isolado, provocado pela personalidade do/a agressor/a, desresponsabilizando-o pela sua conduta intencional e deliberada, tendo apenas por base questões intrínsecas ao sujeito e desta forma, não poderia ser controlado (Snell et al., 1964, cit. por Braga & Gonçalves, 2021). Na atualidade, esta teoria apresenta pouca sustentabilidade, pois são vários os fatores que poderão contribuir na génese da violência doméstica e não apenas as características intrínsecas ao indivíduo que é agressor/a; (b) as perspetivas diádicas-familiares, sustentam que é fruto do comportamento violento as consequências das interações familiares, ou seja, a transmissão intergeracional da violência e também com exposição direta e indireta de experiências de vitimação conjugal e familiar, poderá estar na origem da adoção de comportamentos agressivos com o outro (Campbell & Landerburger, 1995, cit. por Matos, 2002). Quem já foi vítima ou testemunhou, durante a infância situações de violência doméstica, frequentemente, na idade adulta se torna um/a agressor/a (Braga & Gonçalves, 2021). Desta forma, a violência parental na infância pode aumentar o risco de vitimização na idade adulta ou legitimar a violência

(Braga & Gonçalves, 2021). Estas teorias não deixam de ter a sua sustentabilidade, pois a experiência de situações de violência doméstica no contexto familiar, quer seja por exposição direta ou indireta, poderá aumentar o risco de adoção de comportamentos agressivos no futuro mas também da experiência enquanto vítima noutros contextos na idade adulta e outros contextos relacionais, contudo, não é um dado adquirido, pois nem todos os indivíduos que experienciaram situações de violência durante a infância se tornam adultos agressivos ou vítimas; (c) por último, as perspetivas socioculturais, defendem que a violência contra as mulheres é entendida como o resultado do seu tratamento histórico e da atual sociedade patriarcal, ou seja, na conjuntura patriarcal, onde o homem tem mais poder que a mulher e esta, por sua vez é mais submissa, a violência é justificada pela premissa de que os homens reconhecem o seu poder e autoridade sobre as mulheres (Matos 2002) Esta abordagem tem algum sucesso na recuperação de mulheres vítimas de VPI (Walker, 1994, cit. por Matos, 2002), uma vez que, a questão do poder do homem, realça a necessidade de dar voz às vítimas e da importância de lidar com questões sobre a desigualdade e estereótipos de género (Matos 2002).

Jewkes (2002) refere que a violência contra a mulher normalmente ocorre devido a conflitos relacionados com ciúmes, desigualdades de género (Jewkes, 2002), mentalidade e sentimentos de posse do homem em relação à mulher (Lisboa et al., 2009), com o objetivo de a poder controlar (Dobash et al., 1992 & Jewkes, 2002).

O termo de *Coercive Controlling Violence* foi atribuído por Kelly e Johnson (2008), à VPI como um padrão de controlo e manipulação das ações, relações e atividades da vítima, incluindo a punição frequente e vigilância da mesma. Stark (2006), seguindo o conceito de Kelly e Johnson sobre o Controlo Coercivo (CC) atribuiu a particularidade de tais padrões às desigualdades sexuais, à proximidade dos perpetradores sobre as vítimas e ao controlo através

do campo social. Stark (2006) define o CC como um padrão de violência física, psicológica e sexual, de intimidação, isolamento e controlo com o objetivo de restringir a sua liberdade.

A interação entre os membros do casal por vezes é complexa e a VPI acontece de forma recíproca entre os mesmos (Lourenço & Costa, 2020).

Nas suas pesquisas, Johnson (2006), identificou quatro tipos de VPI: violência de casal situacional, resistência violenta, terrorismo íntimo e controlo violento mútuo. A violência de casal situacional resulta de um conflito emergente entre o casal sem haver controlo de ambas as partes, ou seja: quando um indivíduo é violento e o seu parceiro pode ser ou não violento, mas ambos não são controladores (Johnson, 2006). A resistência violenta refere-se a comportamentos violentos de ambas as partes durante um conflito, onde a vítima adota comportamentos violentos com a intenção de se proteger, seja como defesa ou retaliação, isto é: quando ambos são violentos e não controladores, mas existe a tentativa de um dos parceiros exercer controlo geral sobre o outro (Johnson, 2006). O terrorismo íntimo refere-se ao controlo exercido sobre o outro de forma unilateral devido ao género, isto é: quando um dos parceiros é violento e controlador e o outro pode ser ou não violento, mas não é controlador (Johnson, 2006). Por último, o controlo violento mútuo engloba comportamentos violentos e controladores de ambas as partes, ou seja: quando ambos os parceiros são violentos e controladores (Johnson, 2006). De forma geral, Johnson (2006) refere que a mais utilizada na VPI é a violência de casal situacional.

Todo e qualquer ato de VPI, passa por um ciclo de violência (Braga & Gonçalves, 2021). Este ciclo foi desenvolvido em 1979 por Walker (cit. por Braga & Gonçalves, 2021) para explicar os padrões de comportamentos violentos realizados por homens em relação às suas vítimas, em três momentos diferentes. Na fase do aumento da tensão, qualquer situação serve para criar conflito ou discussão, deixando a vítima numa sensação de perigo iminente, seja por

causa das lidas domésticas, do trabalho, dos filhos, pela forma de se vestir, pela economia da casa, pelas horas a que chegou a casa, entre outras (Walker , 1979 cit. por Braga & Gonçalves, 2021). A sua duração é indefinida e o agressor tende a criticá-la, insultá-la, humilhá-la, exercer violência física, culpabilizá-la seja por qualquer motivo (Direção Geral de Saúde (DGS) & Ação de Saúde Sobre Género Violência e Ciclo de Vida (ASGVCV), 2016 & Manita et al., cit. por Paulino & Rodrigues 2016). Normalmente a vítima tenta diminuir a tensão e evitar situações que possam originar conflito, adotando uma posição de submissão (tenta ter as refeições sempre a tempo e horas, manter as crianças calmas, vestir-se como ele quer, entre outras), (DGS & ASGVCV, 2016).

É na fase do ataque violento/explosão que o agressor descarrega toda a tensão acumulada através de agressões verbais e/ou físicas que se vão intensificando e tornando cada vez mais violentas podendo terminar em homicídio nalguns casos (Walker, 1979 cit. por Braga & Gonçalves, 2021) caso a situação não seja denunciada, o agressor é a única pessoa que pode colocar fim a esta fase (Braga & Gonçalves, 2021). A vítima muitas vezes acredita que foi um comportamento isolado, desvalorizando a gravidade da situação. O agressor tende a justificar a sua agressão devido ao comportamento da vítima (mecanismo de projeção), (DGS & ASGVCV, 2016 & Paulino & Rodrigues, 2016) ou desculpando-se porque teve um dia mau no trabalho, ou por causa do álcool, entre outras desculpas (Paulino & Rodrigues, 2016). A vítima sente-se culpada pela situação, isolada e impotente (Braga & Gonçalves, 2021). É nesta fase que as vítimas procuram apoio e denunciam a situação, acabando por sair de casa (DGS & ASGVCV, 2016). No final desta fase, o agressor começa a manifestar arrependimento e receio de perder a parceira, iniciando desta forma, a fase seguinte (DGS & ASGVCV, 2016; APAV, 2012; Manita, et al., & Amaral, et al., cit. por Paulino & Rodrigues, 2016). Muitas das vítimas não reagem, porque percebem intuitivamente ou pelas experiências anteriores, que qualquer ataque pode agravar a situação e limitam-se a defenderem-se dos ataques mais agressivos,

reagindo passivamente, na esperança de que a não resposta ou reação, possam diminuir a raiva do agressor (Braga & Gonçalves, 2021).

Na fase de apaziguamento, também denominada de "Lua-de-mel", o arrependimento aparece, a violência cessa por algum tempo e surgem as promessas de que tudo irá correr bem dali para a frente, mostra-se carinhoso, tenta conquistar a vítima novamente, oferece-lhe presentes e pode chegar a pedir ajuda aos familiares e amigos para que ela o perdoe, fazendo com que a vítima acredite no amor novamente (APAV, 2012; DGS & ASGVCV, 2016; Manita, et al., & Amaral, et al., cit. por Paulino & Rodrigues, 2016; Walker , 1979 cit. por Braga & Gonçalves, 2021). A vítima acredita na mudança de comportamento e acaba por dar uma nova oportunidade ao agressor (Braga & Gonçalves, 2021). Esta fase termina quando inicia a repetição dos ciclos de violência, agravando-se cada vez mais e aumentando o risco de vida da vítima pela sua vulnerabilidade e capacidade de reagir, não sendo capaz de terminar este ciclo de violência (Magalhães, cit. por Paulino & Rodrigues, 2016).

As vítimas de VPI não sofrem uma repentina e imprevisível ameaça à sua segurança e própria vida pois o processo geralmente ocorre de forma lenta e gradual (Braga & Gonçalves, 2021). No contexto da VPI este ciclo de violência tende, ao longo do tempo, a evoluir e a repetir-se ciclicamente e, qualquer situação, motivo ou comportamento adotado, poderá desencadear um conflito, aumentando a sua intensidade, gravidade e perigosidade no tempo (Braga & Gonçalves, 2021).

Resiliência e Violência entre Parceiros Íntimos

Gondolf e Fisher (1988) que estudaram mais de 6000 mulheres que sofreram de VPI e residiam em casas de abrigo no Texas, trouxeram uma nova perspetiva sobre mulheres vítimas de VPI, afirmando que estas não são "vítimas passivas", mas sim "sobreviventes" que

procuram ajuda, recursos e serviços de apoio, onde a resiliência sobressai como sendo um dos pontos fortes. Apesar da maioria das vítimas de VPI demonstrar grande capacidade de sobrevivência e perseverança, deixar um relacionamento abusivo envolve uma transição entre o deixar de ser controlado pelo parceiro para estar sob o controlo da própria vida, ao mesmo tempo que aprende a lidar com os traumas vividos na relação de VPI (Anderson et al., 2012).

Face à pouca informação sobre os recursos que as mulheres utilizavam para se recuperarem da VPI, Anderson et al. (2012), realizaram um estudo com 37 mulheres que anteriormente mantinham uma relação de VPI. Concluíram que, apesar das mulheres vítimas de VPI passarem por situações adversas, na ausência de *stress* pós-traumático, os níveis de resiliência são elevados. Mesmo que os abusos durem vários anos, após o término do relacionamento abusivo, estas mulheres podem recuperar e ser bem-sucedidas (Anderson et al. (2012). O autor conclui ainda que as componentes espirituais e sociais contribuíram favoravelmente para a recuperação da violência sofrida, assim como o crescimento pessoal, relações interpessoais e resiliência, realçando também a importância dos grupos de apoio formais e informais (Anderson et al. (2012).

Partindo dos estudos realizados por Anderson et al. (2012) e do modelo sócio ecológico de Ungar (2013), Howell et al. (2018), identificaram potenciais fatores de proteção que podem aumentar a resiliência em mulheres expostas à VPI. Entre eles encontram-se características individuais ligadas à espiritualidade (crenças religiosas) podendo apaziguar o impacto no estado de saúde de um sujeito (Howell et al., 2018). Por outro lado, a qualidade das relações e o apoio social são essenciais na promoção de resultados positivos perante situações adversas, pois, quanto maior a rede de suporte, maior a resiliência (Agaibi & Wilson, 2005 & Howell et al., 2018). Por último, surgem os fatores comunitários e culturais como a coesão comunitária e identidade étnica que, ao experienciarem a união da comunidade e sentimento de pertença, podem aumentar os níveis de resiliência (Howell et al. 2018). Estes fatores de proteção,

compõem um modelo complexo a vários níveis de resiliência, podendo afetar a capacidade de resposta de um sujeito a situações adversas (Howell et al. 2018).

Giles e Curreen (2007) afirmam que, quem possui vida social fora da relação tem uma maior perceção sobre novas formas de vida e de identidade, aumentando a sua autoestima e confiança. Essas novas perceções desencadeiam uma nova visão e tomada de consciência da sua situação para tomar uma decisão, embora sair da relação em segurança seja um processo lento (Giles & Curreen, 2007). Para além disso, o apoio social é fundamental não só para aumentar a resiliência nas mulheres expostas à VPI como também para promover estratégias de *coping* e bem-estar psicológico. Caso contrário, as vítimas podem ter tendência a isolarem-se, sentir medo de estarem sós, evitar locais onde se sentem inseguras, ficar desempregas, reduzirem o tempo de vida ativa e exclusão social (Manual de Procedimentos dos Serviços de Apoio à Vítima de Crime, 2013)

Outros fatores que poderão interferir na resiliência são: a idade, o estado civil e as habilitações literárias. Os autores Tsirigotis e Luczak (2017) avaliaram a resiliência em mulheres vítimas de violência doméstica e referem que quanto mais idade e experiência de vida tiver a mulher maior será a sua capacidade de resiliência, mesmo coabitando com o agressor. Para além disso, indicam que existem diferenças entre o papel representativo de marido e o papel representativo do companheiro. Ou seja, quando existe uma união através do casamento e este vem acompanhado de VPI, a resiliência na mulher diminui devido a fatores externos como a cultura, a religião, a parte social (Tsirigotis & Luczak, 2017), legal e política (Barroso, 2007), (p. ex. o divórcio ou a anulação do casamento e crenças erróneas), levando a mulher a revelar sentimentos de impotência, causando-lhe sofrimento psicológico (Tsirigotis & Luczak, 2017) e a aceitar a violência (Barroso, 2007). Por outro lado, a violência por parte do companheiro, não enfraquece tanto a resiliência, pois a mulher acredita que consegue reverter

a situação mais facilmente, devido ao fraco impacto dos fatores externos (Tsirigotis & Luczak, 2017). Por outro lado, os conhecimentos adquiridos pela escolaridade poderão ajudar a diminuir o *stress* e aumentar a resiliência (Howell et al. 2018). Em contrapartida, a baixa escolaridade pode limitar os recursos para enfrentar dificuldades (Howell et al. 2018), como por exemplo, nos países onde existem níveis de desigualdade e pobreza, mulheres com níveis baixos de escolaridade estão mais sujeitas a sofrerem de discriminação e violência, acabando por aceitarem desigualdades na forma como são tratadas, silenciando os abusos e não procurando a ajuda necessária (Borooah, 2005).

Valenzuela et al. (2022) realizaram um estudo sobre a resiliência em mulheres da Amazónia que sofreram de VPI, concluindo que a perpetração, principalmente de agressões físicas por parte do parceiro, provoca uma diminuição da resiliência nas mulheres, deixando-as menos autoconfiantes, dependentes, descrentes em superar os problemas e desinteressadas por atividades que antes consideravam importantes.

Os autores Giles e Curreen (2007), através de um estudo qualitativo com mulheres neozelandesas que sofreram VPI, explicam como tudo se processa por parte das vítimas, através de um processo psicossocial de recuperação através das adversidades vividas por estas mulheres, constituído por três categorias que interagem entre si: (a) "encontrar um caminho para além do abuso", que diz respeito á experiência abusiva e encontrar segurança; (b) "ter uma vida", que se refere às interações sociais fora da relação e (c) "tornar-me eu própria", que engloba o crescimento, identificação delas próprias e desenvolvimento pessoal. Através deste estudo, foi possível perceber que a idade precoce (dos 16 aos 23 anos) por encontrar um parceiro e o prazer de ter um novo relacionamento, podem levar não só a uma diminuição ou não reconhecimento de atos violentos, mas também a sentimentos de culpa e à responsabilidade pelo abuso sofrido, originando confusão mental entre a ilusão criada e a realidade do relacionamento abusivo (Giles & Curreen, 2007). Por outro lado, através de grupos de apoio e

terapias adquirem uma maior compreensão de tudo o que aconteceu na relação, aumentando as suas competências, autoconhecimento e conseguem clarificar e identificar as atribuições de culpa e responsabilidade (Landenburger, 1998 cit. por Giles & Curreen, 2007). Esta nova perceção, permite que muitas mulheres tomem o controlo das suas vidas na tomada de decisão, sentindo-se mais seguras de si próprias e autossuficientes (Giles & Curreen, 2007). Giles e Curreen (2007) referem ainda que, a recuperação dá-se através de uma mudança positiva e crescimento pessoal ao longo do tempo, com sentimentos de bem-estar e liberdade, podendo o sujeito ser ele próprio embora, isto só seja possível quando houver uma separação dos parceiros, mesmo que temporária e o agressor não altere o seu comportamento.

Os autores Aguilar e Rodríguez (2015) mencionam que, quanto maior a resiliência presente na mulher que sofre de VPI, maior será a rejeição perante comportamentos violentos do parceiro, enquanto, que uma menor resiliência leva à aceitação da violência por parte do mesmo e aprender a viver num ambiente hostil.

O aumento de situações adversas ou stressantes que um sujeito tem de suportar ao longo da vida, pode influenciar negativamente a sua capacidade de resiliência (Alim et al., 2008). No entanto, o ser humano está dotado de uma grande capacidade de superarão, adaptação e mudança sempre que for necessário, se ao seu alcance estiverem os recursos sociais e materiais necessários para o fazer (Southwick et al., 2014).

ARTIGO CIENTÍFICO

RESILIÊNCIA EM MULHERES PORTUGUESAS QUE SOFRERAM OU SOFREM DE VIOLÊNCIA ENTRE PARCEIROS ÍNTIMOS

RESUMO

Introdução: A resiliência assenta na capacidade de recuperação e superação perante situações adversas e geradoras de grande *stress*. A Violência entre Parceiros Íntimos (VPI) afeta tanto o homem como a mulher, no seio de uma relação de intimidade. Objetivo: o principal objetivo deste estudo foi identificar os principais fatores que influenciam a resiliência das mulheres portuguesas que mantiveram uma relação de VPI, tal como compreender se os motivos da perpetração por parte da mulher contra o parceiro foram utilizados como forma de defesa ou retaliação e, neste sentido, verificar a sua relação com a resiliência.

Método: estudo observacional-descritivo transversal, em que 121 participantes do sexo feminino preencheram a Escala de Resiliência de Connor-Davidson (CD-RISC) e a Escala de Táticas de Conflito Revisada (CTS-2). Resultados: As informações obtidas pela amostra indicam diferenças estatisticamente significativas entre a resiliência e as habilitações literárias da mulher (r_s = .19; p = .03), assim como, entre a resiliência e as negociações emocionais (r = .24; p = 0.1) e cognitivas (r = .28; p = 0.1) utilizadas pelo parceiro na resolução de conflitos. Por outro lado, verificaram-se associações negativas entre a resiliência e as agressões psicológicas severas perpetradas pela mulher contra o parceiro (r = -.21; p = .02). Verificou-se ainda que a perpetração da violência por parte da mulher é utilizada, em média, como defesa dos ataques verbais (2.74 ± 1.41) e físicos (1.92 ± 1.38) do parceiro e também como retaliação (1.67 ± 1.21). No entanto, a perpetração da violência utilizada pela mulher como forma de defesa contra os ataques físicos do parceiro apresenta uma associação negativa com a resiliência (r = -.17; p = .03), tal como a retaliação (r = -.19; p = .02). Conclusão: Os fatores que influenciam positivamente a resiliência dizem respeito às habilitações literárias da mulher

e do interesse do parceiro na resolução dos conflitos. Por outro lado, os fatores que influenciam negativamente a resiliência estão ligados ao uso da violência psicológica e retaliação contra o parceiro e ainda ao fato das mulheres utilizarem a violência para se defenderem contra os ataques físicos do parceiro.

Palavras-Chave: Resiliência, Violência entre Parceiros Íntimos (VPI), mulheres, vitimização, perpetração.

RESILIENCE IN PORTUGUESE WOMEN WHO HAVE SUFFERED OR SUFFER FROM INTIMATE PARTNER VIOLENCE

ABSTRACT

Introduction: Resilience is based on the ability to recover and overcome adverse situations that generate great stress. Intimate Partner Violence (IPV) affects both men and women within an intimate relationship. Objective: the main objective of this study was to identify the main factors influencing the resilience of Portuguese women who have been in a relationship of IPV, as well as understand whether the reasons for the perpetration by the woman against her partner were used as a form of defense or retaliation and, in this sense, verify their relationship with resilience.

Method: cross-sectional observational-descriptive study, in which 121 female participants completed the Connor-Davidson Resilience Scale (CD-RISC) and the Conflict Tactics Scale Revised (CTS-2). Results: The information obtained from the sample indicated statistically significant differences between resilience and the woman's educational attainment (r_s= .19; p = .03), as well as, between resilience and emotional (r = .24; p = 0.1) and cognitive (r = .28; p = 0.1) negotiations used by the partner in conflict resolution. On the other hand, there were negative associations between resilience and severe psychological aggression perpetrated by the woman against her partner (r = -.21; p = .02). It was also found that the woman's perpetration of violence is used, on average, as a defense from verbal (2.74 ± 1.41) and physical (1.92 ± 1.38) attacks by her partner, as in retaliation (1.67 ± 1.21). However, perpetration of violence used by women as a form of defense against physical attacks by their partner shows a negative association with resilience (r = -.17; p = .03), as does retaliation (r = -.19; p = .02). Conclusion: Factors that positively influence resilience relate to the woman's educational attainment and the partner's interest in resolving conflicts. On the other hand, the factors that negatively influence resilience are linked to the use of psychological violence and

retaliation against the partner and also to the fact that women use violence to defend themselves against physical attacks by the partner.

***Keywords*:** Resilience, Intimate Partner Violence (IPV), women, victimization, perpetration.

1. Introdução

A origem da resiliência é ainda debatida pelos motivos que podem ser manifestados através de comportamentos pró-sociais ou uma adaptação face a um evento marcante (Ungar, 2013).

Segundo a revisão da literatura, a maioria refere que a resiliência tem sido definida como um processo de superação (Rutter, 2012) e recuperação perante as adversidades da vida (Fingergut, 2011). Não obstante, considera-se que a resiliência em mulheres vítimas de VPI, é uma característica de personalidade e de adaptação individual (Humphreys, 2003).

Os autores Aguilar e Rodríguez (2015) mencionam que, quanto maior a resiliência presente na mulher que sofre de VPI, maior será a rejeição perante comportamentos violentos do parceiro, enquanto que, uma menor resiliência leva à aceitação da violência perpetrada pelo parceiro e à adaptação em viver num ambiente hostil. Além disso, o aumento de situações adversas ou stressantes que um sujeito tem de suportar ao longo da vida, pode influenciar negativamente a sua capacidade de resiliência (Alim et al., 2008).

Apesar de existirem muitos estudos sobre a unilateralidade da VPI, hoje sabe-se que tanto homens como mulheres são vítimas e perpetradores de violência (Machado et al., 2019). No entanto, a controvérsia surge quando as estatísticas demonstram que a grande percentagem de vítimas de VPI são mulheres e o principal agressor é o conjugue, companheiro ou namorado da vítima (APAV, 2021 & Lisboa et al., 2009).

Numa relação de intimidade, onde ambos os parceiros podem assumir o papel de vítimas, perpetradores ou ambos, quando a violência é bidirecional, pode resultar em consequências psíquicas e físicas mais graves e ainda surgir como resultado de comportamentos de defesa ou retaliação contra o parceiro, que vão aumentando de frequência e gravidade no mesmo episódio violento (Palmetto et al., 2013).

Embora as investigações sobre resiliência em mulheres expostas à VPI sejam ainda limitadas, existe sempre a necessidade de examinar resultados positivos após a adversidade (Anderson et al., 2012), pois apesar da literatura relatar os efeitos nocivos relacionados com a VPI, pouca investigação foi realizada da sua relação com a resiliência (Howell et al., 2018).

Os estudos relacionados com a resiliência, têm evidenciado cada vez mais a resiliência como um recurso psicológico (Anderson et al., 2012). Em razão disso, os estudos sobre a resiliência nas relações de VPI são importantes, uma vez que proporcionam aos profissionais um conjunto de ferramentas essenciais para auxiliar as vítimas, tanto na consciencialização dos problemas, como para lidarem com o stress, traumas, problemas, adversidades, contribuindo assim para o crescimento pessoal das vítimas e ainda no processo de adaptação à mudança e superação (Anderson et al., 2012 & Tsirigotis & Luczak, 2018).

No entanto, Howell et al. (2018) referem que, para compreender melhor o impacto que a VPI tem na resiliência é importante compreender os motivos que levam as mulheres a usar a perpetração contra o parceiro íntimo, ou seja, se a violência utilizada foi como forma defesa ou retaliação.

Neste sentido, no presente estudo, foi criada uma variável denominada "motivo da perpetração", a qual avalia se a perpetração por parte das participantes foi utilizada como forma de defesa contra os ataques, tanto verbais como físicos do parceiro ou, como forma de retaliação. Dito isto, o objetivo principal deste estudo, centrou-se em identificar os principais fatores que influenciam a resiliência em mulheres portuguesas vítimas de VPI tanto ao nível da vitimização como da perpetração. Do mesmo modo, pretende-se compreender se os motivos da perpetração por parte da mulher em estudo contra o parceiro, foram utilizados como forma de defesa contra os seus ataques verbais e/ou físicos ou como forma de retaliação e, neste sentido, avaliar a sua relação com a resiliência.

2. Objetivos

2.1 Objetivos Gerais

O presente estudo pretende identificar os principais fatores que influenciam a resiliência em mulheres portuguesas vítimas de VPI tanto ao nível da vitimização como da perpetração e compreender se a perpetração por parte da mulher contra o parceiro, foram utilizados como forma de defesa contra os seus ataques verbais e/ou físicos ou como forma de retaliação e, neste sentido, avaliar a sua relação com a resiliência.

2.2 Objetivos Específicos

São objetivos específicos deste estudo: (1) avaliar associações entre a resiliência das mulheres em estudo, com as variáveis dos dados sociodemográficos; (2) avaliar as subescalas vitimização e perpetração da escala CTS-2 e a sua associação com a resiliência e (3) avaliar a variável "motivo de perpetração" e sua associação com a resiliência.

2.3 Hipóteses

A partir dos objetivos traçados e com base na revisão da literatura, elaboraram-se as seguintes hipóteses de estudo:

(H1) prevê-se que quanto maior for a idade da mulher, maior a resiliência (Tsirigotis & Luczak, 2017);

(H2) prevê-se que as mulheres casadas apresentem menor resiliência que as mulheres solteiras (Barroso, 2007 & Tsirigotis & Luczak, 2017).

(H3) prevê-se que quanto mais escolaridade a mulher tiver, maior a resiliência (Howell et al. 2018);

(H4) prevê-se que a vitimização tenha uma associação negativa com a resiliência;

(H5) prevê-se que a perpetração tenha uma associação negativa com a resiliência;

(H6) prevê-se que o motivo da perpetração (como forma de defesa ou retaliação contra o parceiro) tenha uma associação negativa com a resiliência;

3. Método

3.1 Participantes

Conforme mostra a Tabela 1, a amostra de 121 mulheres de nacionalidade portuguesa apresenta uma média de idades de 38.07. Grande parte da amostra tem curso superior ou o 12º ano e referem-se ao parceiro do passado com quem tiveram uma relação de VPI. Destas uniões, a grande maioria tem filhos em comum com esse parceiro e quase metade das participantes eram solteiras. Em média, os episódios violentos (em anos), duraram menos que a duração do relacionamento (em anos), sendo a violência psicológica a que apresenta uma pontuação média mais elevada.

Tabela 1

Estatística descritiva dos dados sociodemográficos

	n	%	M (DP)
Idade	121		38.07 (6.73)
Ano de escolaridade			
9º ano	12	9.9	
12º ano	50	41.3	
Curso Superior	59	48.8	
Tipo de parceiro			
Parceiro atual	15	12.4	
Parceiro do passado	106	87.6	
Filhos em comum			
Sim	98	81.0	
Não	23	19.0	
Estado civil			
Solteira	70	57.9	
Casada	35	28.9	
Divorciada	16	13.2	

Duração do relacionamento em anos		8.54 (6.25)
Duração dos episódios violentos em anos		5.25 (5.00)
Tipo de violência que sofreram		
Física		1.16 (1.38)
Psicológica		3.63 (1.84)
Sexual		.75 (1.37)
Económica		1.64 (2.06)
Tipo de VPI *		
Controlo violento mútuo	7	5.8
Resistência violenta	6	5.0
Terrorismo íntimo	86	71.1
Violência de casal situacional	22	18.2

Nota. * Tipo de VPI mais utilizado entre os membros dos casais segundo Johnson (2006).

De acordo com as pesquisas de Johnson (2006), o tipo de VPI mais utilizado entre os membros dos casais referia-se à violência de casal situacional. No presente estudo, apenas uma pequena percentagem da amostra selecionou esta opção, destacando-se assim, o terrorismo íntimo como o tipo de relacionamento mais utilizado (ver Tabela 1).

3.2 Instrumentos

Como instrumentos de avaliação, fizeram parte da presente investigação: os dados sociodemográficos, a Escala de Resiliência de Connor-Davidson (CD-RISC 25) e a Escala de Táticas de Conflito Revisada (CTS-2).

3.2.1 Dados sociodemográficos

Fazem parte dos dados sociodemográficos as seguintes variáveis: sexo; nacionalidade; idade; habilitações literárias; parceiro do passado ou parceiro atual com quem teve/tem uma relação de violência; estado civil quando residia com o (ex)parceiro (de quem sofreu violência); frequência dos atos violentos (física, psicológica, sexual e/ou económica); se coabita ou não com o (ex)parceiro do qual sofre/sofreu violência; duração do relacionamento (em anos);

duração dos atos de violência (em anos); filho(s) em comum; que tipo de relacionamento tinha/tem com esse (ex)parceiro.

3.2.2 Escala de Resiliência Connor-Davidson (CD-RISC)

A Escala de Resiliência Connor-Davidson (CD-RISC; *The Connor-Davidson Resilience Scale* de Connor e Davidson, 2003) foi adaptada e traduzida para a versão portuguesa por Faria e Ribeiro (2008). A escala original é constituída por 25 itens, classificados numa escala de tipo *likert* de 0 ("Não verdadeira") a 4 ("Quase sempre verdadeira") que compreende 5 fatores (1- noção de competência pessoal, padrões elevados, e persistência; 2 - confiança nos próprios instintos, tolerância a efeitos negativos e reforço dos efeitos perante o stress; 3 - aceitação positiva - princípio da mudança e relações seguras; 4 - controlo; 5 – influência espiritual). Quanto mais elevada a pontuação, maior o nível de resiliência (numa escala de 0-100), (Connor & Davidson, 2020). A escala foi ainda dividida por quatro quartis comparativamente às pontuações da população geral dos EUA. Ou seja, no primeiro quartil encontram-se as pontuações que variam entre 0 a 73. No segundo quartil, variam entre 74 e 82. No terceiro quartil, variam entre 83 e 90 e, no quarto quartil e o mais alto, as pontuações variam entre 91 e 100 (Connor & Davidson, 2020). O CD-RISC é um instrumento de autorrelato e avalia a forma como o indivíduo se tem sentido durante o último mês. Apresenta propriedades psicométricas sólidas, boa consistência interna, com um alfa de *Cronbach* de .89 (Connor & Davidson, 2003). O presente estudo apresentou um alfa de Cronbach de .95.

3.2.3 Escala de Táticas de Conflito Revisada (CTS-2)

A Escala de Táticas de Conflito Revisada (CTS-2; *Revised Conflict Tactics Scales* de Straus, 1970) foi adaptada e traduzida para a versão portuguesa por Paiva e Figueiredo em 2006. A escala é utilizada no âmbito da violência doméstica, avaliando a forma como os casais resolvem os seus conflitos; se é através de estratégias de negociação ou abuso. Por outro lado,

esta escala permite ainda avaliar tanto a vitimização como a perpetração do mesmo sujeito. É composta por 78 itens divididos por 5 dimensões: negociação; agressão psicológica; abuso físico sem sequelas; coerção sexual e abuso físico com sequelas. Existe um total de 8 respostas, sendo que as respostas do 1 ao 6 (frequência do ato que ocorreu no ano anterior) apresentam valores diferenciados entre elas e as respostas 7 e 8 apresentam um valor de 0 (não ocorreu no ano anterior). A CTS-2 apresenta boa consistência interna, com um alfa de *Cronbach* de .79 para a perpetração e um alfa de *Cronbach* de .80 para a vitimização. O presente estudo, apresentou um alfa de *Cronbach* de .81 para a perpetração e um alfa de *Cronbach* de .86 para a vitimização.

3.2.4 Motivo da perpretação

Foi criada uma variável à parte denominada "Motivo da perpretação", no sentido de perceber se o nível de perpretação contra o parceiro foi utilizado como forma de defesa ou de retaliação. Nesta variável foi colocada a questão "sempre que você agride/agrediu verbalmente ou fisicamente o seu (ex)parceiro, porque razão o fez?", constituída por três itens "para me defender dos seus ataques físicos"; "para me defender dos seus ataques verbais" e "como forma de retaliação, vingança ou castigo contra ele", classificados numa escala de tipo *likert* de 0 ("Não se aplica") a 4 ("Frequentemente"). O presente estudo apresentou um alfa de Cronbach de .71.

3.3 Procedimento

Para a realização da presente investigação, recorreu-se a uma amostra não probabilística de conveniência. A recolha de dados decorreu via online através das redes sociais. No presente estudo, participaram apenas mulheres de nacionalidade portuguesa que se identificaram como vítimas de VPI numa relação heterossexual onde existiu ou continua a existir coabitação com o ex-parceiro ou parceiro atual e idade igual ou superior a 18 anos.

Os dados recolhidos foram analisados através do software estatístico IMB *Statistical Package for the Social Science* (SPSS) e realizada uma análise do conteúdo sobre as diferentes variáveis de estudo e a sua relação com a resiliência.

3.4 Análise dos dados

Procedeu-se a uma análise exploratória de dados para variáveis quantitativas, incluindo estatísticas como a média e o desvio padrão e a análise de dados categóricos através de tabelas de frequências. O teste *Kolmogorov-Smirnov* foi utilizado para verificar a normalidade das variáveis. Foi utilizada a análise correlacional de *Pearson* para analisar a correlação entre a escala CD-RISC com diferentes variáveis quantitativas, como: a idade, a duração do relacionamento, a duração dos episódios violentos, a frequência da violência física, psicológica, sexual e económica; a correlação entre a escala de resiliência e a subescala vitimização e perpetração da escala CTS-2 e a relação entre a escala de resiliência e variável "motivo da perpetração".

O *Teste T* de amostras emparelhadas foi utilizado para verificar se existiam diferenças entre média das subescalas vitimização e a perpetração da escala CTS-2 e o *Teste T* de amostras independentes para analisar se existem diferenças de médias entre a resiliência e o tipo de parceiro (passado ou atual). A correlação de *Spearman* foi utilizada para correlacionar a resiliência com as habilitações literárias e a ANOVA para comparar a média da resiliência em função do estado civil. Por último, O teste de *Friedman* foi utilizado para comparar as diferenças entre as subescalas da resiliência, as diferenças entre a subescala da perpetração, as diferenças entre a subescala da vitimização e as diferenças entre a variável "motivo da perpetração".

4. Resultados

4.1 Relação entre Resiliência e Dados Sociodemográficos

Após ser testada a normalidade das variáveis, foi possível verificar, através da correlação de *Pearson*, que não existe uma correlação estatisticamente significativa entre a resiliência e a idade (r= .00; p= .98), rejeitando-se desta forma a hipótese 1.

Não se verificou uma correlação estatisticamente significativa entre: a resiliência e a duração do relacionamento em anos (r= -.13; p= .17); a resiliência com a duração dos episódios violentos em anos (r = -.14; p= .12) e a resiliência com a frequência de violência física (r= .03; p= 0.77), psicológica (r= .04; p= .69), sexual (r= -.02; p= .83), e económica (r= -.02; p= .84).

Verificou-se que não existem diferenças estatisticamente significativas entre a resiliência e o parceiro atual ou o parceiro do passado (t (119) = 0.57; p= 0.57). Tão pouco existem diferenças significativas entre a resiliência e os diferentes estados civis (F (2,118) = 1.27; p = .28), rejeitando-se a hipóteses 2.

Verificou-se que existe uma correlação estatisticamente significativa entre a resiliência e as habilitações literárias (r_s = .19; p = .03), confirmando-se a hipótese 3.

A Tabela 2 mostra a pontuação média de cada item da escala de resiliência CD-RISC. A pontuação média mais elevada foi obtida nos itens 1, 10, 24 e 25, ou seja, as pessoas orgulham-se dos seus sucessos, adaptam-se a mudanças, dão sempre o melhor de si trabalhando para atingir os seus objetivos. A pontuação mais baixa foi obtida nos itens 3 e 20, podendo-se concluir que não reconhecem que a ação por impulso é mais adequada, nem acreditam que o destino ou Deus possam ajudar na resolução dos seus problemas.

Tabela 2

Estatística Descritiva da Escala de Resiliência CD-RISC (N= 121)

Itens	$M\ (DP)$
1. Adaptação às mudanças.	3.02 (1.04)
2. Relação próxima e segura.	2.79 (1.42)
3. O destino ou Deus podem ajudar.	2.07 (1.40)
4. Consigo lidar com qualquer coisa.	2.59 (1.02)
5. Os sucessos do passado dão confiança perante novos desafios.	2.82 (1.09)
6. Ver os problemas com humor.	2.32 (1.16)
7. Lidar com o stress reforça.	2.31 (1.18)
8. Recuperar facilmente após doença ou dificuldades.	2.42 (1.24)
9. As coisas acontecem por alguma razão.	2.45 (1.26)
10. Dar sempre o melhor.	3.12 (.99)
11. Atingir os objetivos.	2.98 (.99)
12. Não desistir.	2.82 (1.08)
13. Saber a quem recorrer para obter ajuda.	2.64 (1.20)
14. Sob pressão, manter o foco e pensar com clareza.	2.23 (1.06)
15. Liderar na resolução de problemas.	2.85 (1.07)
16. Não desencorajar perante o insucesso.	2.51 (1.15)
17. Ser uma pessoa forte ao lidar com os desafios.	2.93 (1.06)
18. Tomar decisões difíceis que implicam para outras pessoas.	2.50 (1.92)
19. Saber lidar com sentimentos desagradáveis.	2.56 (1.10)
20. Agir por impulso.	2.10 (1.19)
21. A vida tem um sentido.	2.99 (1.00)
22. Controlar a própria vida.	2.36 (1.15)
23. Gostar de desafios.	2.67 (1.14)
24. Trabalhar para atingir os meus objetivos.	3.00 (1.09)
25. Orgulho dos sucessos.	3.40 (.93)
Pontuação média da escala resiliência	2.66 (.744)
Soma da pontuação da resiliência	66.44 (18.60)

Nota. Itens abreviados da Escala de Resiliência CD-RISC de Connor e Davidson (2003).

A soma da pontuação da escala de resiliência (66.44±18.60) indica que se encontra no primeiro quartil, ou seja, no quartil mais baixo. Segundo os autores da mesma, este resultado pode sugerir que exista uma necessidade de "explorar formas de reforçar a capacidade de reação ou adaptabilidade" (Connor & Davidson, 2020, p.1).

Quando comparadas as dimensões da escala de resiliência, através do teste de *Friedman* (χ^2 (3) = 61.70; p < .00) verificou-se diferenças estatisticamente significativas entre as pontuações das dimensões. Pela análise das comparações múltiplas (ver Tabela 3), observou-se diferenças significativas entre todas as dimensões, exceto entre a confiança e a influência espiritual. Constatou-se que as mulheres da amostra, utilizam em média mais a competência pessoal (2.92 ± .81) seguidamente da aceitação positiva (2.64 ± .93), a influencia espiritual (2.50 ± .92) e por último, a confiança (2.45 ± .79).

Tabela 3

Comparações Múltiplas da Escala de Resiliência (CD-RISC)

Dimensões da CD-RISC 25	*t*	*p*
Confiança e Influência espiritual	-.19	.26
Confiança e Aceitação positiva	-.50	.00
Confiança e Competência pessoal	1.18	<.00
Influência espiritual e Aceitação positiva	.32	.03
Influência espiritual e Competência pessoal	.99	<.00
Aceitação positiva e Competência pessoal	.67	<.00

4.2 Relação entre resiliência e as subescalas vitimização e perpetração

A resiliência não tem uma relação estatisticamente significativa nem com a vitimização (r = -.07; p = .52), nem com a perpetração (r = -.03; p = .81). Desta forma, rejeitam-se as hipóteses 4 e 5.

Como mostra a Tabela 4, relativamente às subescalas vitimização e perpetração da CTS-2, a pontuação mais elevada encontrada diz respeito à subescala vitimização, seguindo-se a perpetração. Foi possível constatar, através do *Teste T* de amostras emparelhadas, que existem diferenças significativas entre subescalas (t(120)= 3.18; p = .00), ou seja, as mulheres em estudo, são mais vítimas que agressoras.

Tabela 4

Análise Descritiva das Subescalas Vitimização e Perpetração (CTS-2)

	M (DP)
Vitimização	2.63 (2.51)
Perpetração	2.17 (1.78)

Na Tabela 5, estão expostas as dimensões da CTS-2 e respetiva comparação entre as subescalas perpetração e vitimização. Por aplicação do *Teste T* de amostras emparelhadas, observou-se que existem diferenças estatisticamente significativas em todas as dimensões entre as subescalas perpetração e vitimização. Destacou-se a dimensão negociação emocional da subescala perpetração, com um resultado muito superior, comparativamente à mesma dimensão da subescala vitimização. O mesmo aconteceu na dimensão negociação cognitiva da subescala perpetração, com resultados igualmente superiores, comparativamente à mesma dimensão da subescala vitimização. Por outro lado, a dimensão agressão psicológica ligeira,

apresenta valores inferiores na perpetração, quando comparada com a mesma dimensão da subescala vitimização e não houve coerção sexual severo por parte das mulheres da amostra em relação aos parceiros.

Tabela 5

Resultados da Análise Comparativa das Subescalas da CTS-2 Segundo a Perpetração e Vitimização

	Escala de Táticas de Conflitos Revisada (CTS-2) $M\ (DP)$		t	p
	Perpetração	Vitimização		
Negociação emocional	11.06 (8.93)	4.39 (6.31)	9.16	<.00
Negociação cognitiva	8.04 (7.17)	3.65 (4.57)	8.40	<.00
Agressão psicológica ligeiro	4.11 (5.49)	8.45 (8.36)	-8.31	<.00
Agressão psicológica severo	.76 (1.82)	3.42 (4.95)	-6.64	<.00
Abuso físico sem sequelas ligeiro	.38 (1.33)	2.62 (5.51)	-4.95	<.00
Abuso físico sem sequelas severo	.06 (.26)	0.87 (2.71)	-3.32	.00
Coerção sexual ligeiro	.58 (1.97)	2.82 (5.07)	-5.16	<.00
Coerção sexual severo	.00 (.00)	.78 (2.71)	-3.18	.00
Abuso físico com sequelas ligeiro	1.31 (3.85)	.21 (1.22)	3.44	<.00
Abuso físico com sequelas severo	.27 (0.92)	.00 (.02)	3.19	.00
Total	2.17 (1.77)	2.63 (2.51)		

Entre as diferentes dimensões da subescala perpetração, verificou-se que não existe normalidade das variáveis ($p < .00$). Desta forma, procedeu-se a uma análise de amostras relacionadas através do teste de *Friedman* e consequentes comparações múltiplas, que afirmam que existem diferenças significativas nalgumas dimensões da subescala perpetração (anexo 1).

O mesmo procedimento foi realizado com a subescala da vitimização, indicando de igual forma, que não existe normalidade das variáveis ($p < .001$). Procedeu-se novamente ao teste de *Friedman*, e consequentes comparações múltiplas, que voltaram a afirmar que existem diferenças significativas nas subescalas da dimensão vitimização (Anexo 2).

Através da correlação de *Pearson,* verificou-se que existe uma correlação estatisticamente significativa entre resiliência e a subescala perpetração na dimensão agressão psicológica severa (p. ex: Acusar o parceiro de ser mau amante, destruir algo que lhe pertencia, ou chamar-lhe gordo/feio) e entre a resiliência e a subescala vitimização na dimensão negociação emocional (p. ex.; o parceiro disse que poderiam resolver um problema), e na dimensão negociação cognitiva (p. ex.: O parceiro sugeriu um acordo para resolver um problema), (Tabela 6). Nas restantes dimensões, de ambas as escalas, não se verificou uma correlação estatisticamente significativa com a resiliência.

Tabela 6

Correlações Entre a Resiliência e as Subescalas Perpetração e Vitimização

Itens	Perpetração		Vitimização	
	r	*p*	*r*	*p*
Agressão psicológica severa	-.21	.02		
Negociação emocional			.24	.01

Negociação cognitiva	.28	.00

4.3 Relação entre a Resiliência e Motivo da Perpetração

Foi possível verificar que as mulheres do estudo, em média, defendem-se mais (física/verbalmente) dos ataques verbais do parceiro (2.74 ± 1.41), seguidamente dos ataques físicos (1.92 ± 1.38) e por último, utilizam a retaliação como forma de vingança ou castigo contra o parceiro, alcançando uma pontuação média de 1.67 ± 1.21. Através do teste de *Friedman*, e consequentes comparações múltiplas, observou-se que existem diferenças significativas entre o motivo da perpetração contra o parceiro para se defenderem dos seus ataques verbais, ataques físicos e, como forma de retaliação. Entre o motivo da perpetração como forma de retaliação e o motivo da perpetração como forma de defesa contra os ataques físicos do parceiro não se observou diferenças significativas (Tabela 7).

Tabela 7

Comparações Múltiplas da Variável Motivo da Perpetração

Itens	*t*	*p*
Agrediu física/verbalmente o parceiro:		
Como forma de retaliação e Defesa contra os ataques físicos.	.19	.14
Como forma de retaliação e Defesa contra os ataques verbais.	.75	< .00
Defesa contra os ataques físicos e Defesa contra os ataques verbais.	-.56	<.00

Por outro lado, através do Teste *T* de amostras independentes, quando comparados os resultados do motivo da perpetração com o tipo de parceiro (passado ou atual), não se verificou diferenças estatisticamente significativas (t (119)= -.69; p = .49).

Relativamente à relação entre a resiliência e o motivo da perpetração utilizada contra os parceiros, comprovou-se, através da correlação de *Pearson*, que existem correlações estatisticamente significativas, entre a resiliência e o motivo que leva as mulheres da amostra a defenderem-se dos ataques físicos do parceiro (r = -.17; p = .03) e entre a resiliência e o motivo com que usam a violência como forma de retaliação (r = -.19; p = .02). Desta forma, confirma-se parcialmente a hipótese 6 apenas no que se refere ao motivo da perpetração como forma de defesa contra os ataques físicos e como forma de retaliação, pois quanto mais frequentemente a vítima tem que retaliar e se defender dos ataques físicos do parceiro, menos resiliente ela é. Em relação aos ataques verbais, não se verificou uma correlação estatisticamente significativa com a resiliência (r = -.11; p = .12), rejeitando-se parcialmente a hipótese 6.

5. Discussão

Relativamente aos dados sociodemográficos do presente estudo, referente à primeira hipótese, a idade da vítima não mostrou ser um fator importante para a resiliência. Ao contrário dos estudos de Cohen et al., 2014 (cit. por Howell et al., 2018), que demonstraram associações positivas entre a idade e a resiliência. Idem, Tsirigotis e Luczak (2017) confirmaram que quanto mais idade e experiência de vida a mulher tiver, maior a sua capacidade de resiliência, mesmo coabitando com o parceiro.

Quanto à segunda hipótese do estudo, acerca da relação ao estado civil da mulher quando coabitava com o parceiro de quem sofreu VPI, não foi possível verificar-se uma correlação entre os diferentes estados civis com a resiliência. Segundo a revisão da literatura, os estudos indicam que o estado civil pode interferir na resiliência das mulheres, ou seja, o papel representativo do parceiro como marido pode diminuir a resiliência das mulheres, enquanto o papel representativo do parceiro como companheiro não enfraquece tanto a resiliência das mesmas (Barroso, 2007 & Tsirigotis & Luczak, 2017).

Os resultados obtidos na correlação entre as habilitações literárias e a resiliência confirmaram a hipótese 3. A grande maioria das mulheres da amostra, tem o 12º ano ou curso superior, o que poderá explicar a associação positiva com a resiliência. Não obstante, alguns estudos indicam que, os conhecimentos adquiridos pela escolaridade ajudam a diminuir o stress e aumentar a resiliência (Howell et al. 2018). Por outro lado, a baixa escolaridade limita os recursos para enfrentar as dificuldades (Howell et al. 2018) e muitas mulheres acabam por aceitar desigualdades, discriminação e até violência (Borooah, 2005).

Relativamente às hipóteses 4 e 5 do estudo, não se verificaram diferenças significativas entre a resiliência e as subescalas vitimização e perpetração da escala CTS-2. Deste modo, corrobora com os estudos de Howell et al. (2018), o que pode significar que, mesmo com níveis mais elevados de violência contra a mulher, pode existir algum fator que não permita detetar

qualquer efeito na resiliência (Howell et al., 2018). No entanto, uma análise mais detalhada nas subescalas vitimização e perpetração, permitiu verificar dois fatores que influenciam a resiliência das mulheres. Nas pesquisas realizadas por Stuart et al. (2006), referem que a violência perpetrada pelas mulheres tem sido frequentemente justificada pela má resolução de problemas nas relações. Tendo isso em consideração, relativamente à resiliência, os resultados obtidos na amostra, verificaram que a resiliência nas mulheres é positiva quando existem negociações emocionais e cognitivas por parte dos parceiros na resolução dos problemas, isto é, quando os parceiros mostram interesse na resolução dos problemas e sugerem acordos para resolverem um desentendimento. Os estudos de Anderson et al. (2012) concluíram que, quando um relacionamento abusivo termina, a mulher apresenta níveis elevados de resiliência e, inclusive, mostra ser tão resiliente quanto o seu sofrimento psicológico. Curiosamente, a grande maioria das participantes tinha terminado o relacionamento na altura em que o estudo foi realizado e, em média, referem que a violência psicológica é o tipo de violência que mais sofreram, contudo, quando a agressão psicológica severa é perpetrada pela mulher da amostra, a sua resiliência diminui. Além disso, a violência psicológica de forma mais grave pode dar origem à violência física posteriormente (Langhinrichsen-Rohling's, 2005).

A hipótese 6 do estudo evidenciou que o que provocou um impacto negativo na resiliência foi a perpetração da violência por parte das mulheres para se defenderem dos ataques físicos do parceiro e retaliarem contra os mesmos.

Tendo em conta que a maioria das participantes se referiu ao terrorismo íntimo como o tipo de relacionamento que mantinham, isto é, quando um dos parceiros é violento e controlador e o outro pode ser ou não violento, mas não é controlador (Johnson, 2006), perante a violência e o controlo exercido sobre elas, o motivo que poderá explicar a violência perpetrada contra os parceiros é a autodefesa. Além disso, os resultados obtidos na variável

"motivo da perpetração", indicaram que a mulher em estudo, em média, utilizou a perpetração para se defender, tanto dos ataques verbais e físicos do parceiro, como forma de retaliação. Resultados semelhantes noutros estudos consideram a perpetração por parte das mulheres um comportamento de defesa (Dobash et al., 1992; Langhinrichsen-Rohling's, 2005; Palmetto et al., 2013; Stuart et al., 2006 & Swan & Snow, 2006) e de retaliação (Dobash et al., 1992; Langhinrichsen-Rohling's, 2005 & Palmetto et al., 2013).

Sob outra análise, a violência física perpetrada pelo parceiro diminui a resiliência nas mulheres (Valenzuela et al., 2022) e alguns estudos referem que no caso da violência física seja perpetrada por ambos (homem e mulher), a mulher sofre mais ataques físicos do parceiro e perpetra mais a violência (Palmetto et al., 2013 & Whitaker et al., 2007). Resultados semelhantes, foram encontrados no presente estudo, o qual evidenciou que, em média, são as mulheres em estudo quem sofrem mais de abusos físicos sem sequelas por parte do parceiro. Não obstante, verificou-se que, o uso da violência por parte das mulheres em estudo para se defenderem dos ataques físicos do parceiro, causou um impacto negativo na sua resiliência, assim como o uso da retaliação por parte das mesmas. A retaliação por parte das mulheres surge como uma resposta de libertação da tensão e raiva pelo abuso emocional sofrido ou da violência física perpetrada pelo parceiro (Langhinrichsen-Rohling's, 2005).

5.1 Limitações e direções futuras

Devido à pouca literatura existente sobre a perpetração da violência por parte das mulheres com a resiliência, não foi possível comparar os resultados com outros estudos.

Os estudos observacionais-descritivos transversais impedem a capacidade de investigar a potencial variabilidade da resiliência ao longo do tempo, uma vez que não é um processo estável e pode alterar, dependendo do momento e da fase da vida de um indivíduo. Desta forma, seria importante realizar estudos longitudinais que englobem a resiliência, durante a relação de VPI, após o término da mesma e algum tempo depois. Por ouro lado, seria de igual modo

imprescindível compreender quais os fatores que provocaram as agressões físicas por parte dos parceiros e a retaliação por parte das mulheres que originaram um impacto negativo na resiliência.

O uso de questionários online poderá suscitar algumas dúvidas em determinados itens e a oportunidade de perceber o motivo que levou à rotura da relação, visto que a grande maioria se referiu ao parceiro do passado. Além disso, a presente amostra foi unicamente de mulheres portuguesas, pelo que não foi possível cruzar os dados com os parceiros a quem se referiram ou até mesmo com outros sujeitos do sexo feminino.

5.2 Conclusão

Apesar de exister maior vitimização nas mulheres do que perpretação das mesmas, a perpetração das mulheres contra os parceiros é utilizada em primeiro lugar como forma de defesa contra os ataques verbais do parceiro, seguidamente como defesa contra os seus ataques físicos e por último, como forma de retaliação.

Embora os homens perpetuem violência psicológica contra as mulheres, quando é a mulher a fazê-lo, para além de ter um impacto negativo na resiliência, também poderá aumentar a violência física contra a mesma. Esta escalada da violência física contra a mulher leva-a a adotar comportamentos de defesa contra os ataques físicos do parceiro resultando numa diminuição da resiliência. Por outro lado, a retaliação, seja como forma de castigo ou vingança também provoca um impacto negativo na resiliência e poderá estar associada tanto à violência psicológica como à violência física perpetrada pelo parceiro. Observou-se ainda que, as habilitações literárias são um fator importante para o aumento da resiliência, assim como, o interesse do parceiro em resolver conflitos e chegar a um acordo para a resolução de um desentendimento.

6. Referências

Aguilar, P. & Rodríguez, P. (2015). Resiliencia y actitudes frente a la violencia conyugal en la Libertad. *Revista de Psicología,* 17(2), 30-35. https://revistas.ucv.edu.pe/index.php/revpsi/article/view/382

Alim, T.N., Feder, A., Graves, R.E., Wang, Y., Weaver, J., Westphal, M., Alonso, A., Aigbogun, N.U., Smith, B. W., Doucette, J. T., Mellman, T.A., Lawson, W.B. & Charney, D.S. (2008). Trauma, resilience, and recovery in a high-risk African-American population. *American Journal of Psychiatry.* 165(12):1566–1575. https://doi: 10.1176/appi.ajp.2008.07121939.

Anderson, K. M., Renner, L. M. & Danis, F. S. (2012). Recovery: Resilience and Growth in the Aftermath of Domestic Violence. *Violence Against Women, 18*(11), 1279–1299. https://doi:10.1177/1077801212470543

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2021). Estatísticas APAV. *Relatório Anual 2020*. https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_Relatorio_Anual_2020.pdf

Barroso, Z. (2007). *Violência nas Relações Amorosas.* Edições colibri.

Borooah, V. (2005) Caste, inequality, and poverty in India. 9(3), 399–414 https://doi.org/10.1111/j.1467-9361.2005.00284.x

Connor, K. M., & Davidson, J. R. T. (2003). Development of a new resilience scale: The Connor-Davidson Resilience Scale (CD-RISC). *Depression and Anxiety, 18*(2), 76–82. https://doi.org/10.1002/da.10113

Connor, K. M., & Davidson, J. R. T. (2020). Scoring and interpetration of the Connor-Davidson Resilience Scale (CD-RISC).

Costa, D., Soares, J., Lindert, J., Hatzidimitriadou, E., Sundin, Ö., Toth, O., & Barros, H. (2015). Intimate partner violence: a study in men and women from six European countries. *International Journal of Public Health,* 60(4), 467–478. https://doi.org/10.1007/s00038-015-0663-1

Dobash, R. P., Dobash, R. E., Wilson, M., & Daly, M. (1992). The Myth of Sexual Symmetry in Marital Violence. *Social Problems,* 39(1), 71–91. https://doi.org/10.2307/3096914

Fingergut, D. (2011). *Apego e resiliência: Construindo e re-significando vínculos*. INCISA. https://grupoomega.org/wp-content/uploads/2018/06/APEGO-E-RESILIÊNCIA-CONSTRUINDO-E-RE-SIGNIFICANDO-VINCULOS.pdf

Howell, K. H., Thurston, I. B., Schwartz, L. E., Jamison, L. E., & Hasselle, A. J. (2018). Protective factors associated with resilience in women exposed to intimate partner violence. *Psychology of Violence, 8*(4), 438–447. https://doi.org/10.1037/vio0000147

Humphreys, J. (2003). Resilience in Sheltered Battered Women. *Issues in Mental Health Nursing, 24*(2), 137–152. https://doi.org/10.1080/01612840305293

Johnson, M. P. (2006). Conflict and Control. Violence Against Women, *12(11), 1003–1018* https://doi.org/10.1177/1077801206293328

Langhinrichsen-Rohling, J. (2005). Top 10 successes: important findings and future directions for research on intimate partner violence. *Journal of Interpersonal Violence, 20(1), 108–118.* https://doi.org/10.1177/0886260504268602

Lisboa, M., Barroso, Z., Patrício, J., & Leandro, A. (2009). *Violência e género: Inquérito nacional sobre a violência exercida contra mulheres e homens*. Comissão para a cidadania e igualdade de género.

https://run.unl.pt/bitstream/10362/56714/1/Viol_ncia_e_G_nero.pdf

Machado, A., Santos, A., Graham-Kevan, N., & Matos, M. (2019). The prevalence of BiDirectional intimate partner violence reported by Portuguese men. *International Journal of Law, Crime and Justice, 57*, 83-90. https://doi:10.1016/j.ijlcj.2019.03.002

Paiva, C., & Figueiredo, B. (2006). Versão portuguesa das "Escalas de Táticas de Conflito Revisadas": Estudo de validação. *Psicologia: Teoria e Prática*. 8(2), 14-39. https://hdl.handle.net/1822/41636

Palmetto, N., Davidson, L., & Rickert, V. (2013). Predictors of Physical Intimate Partner Violence in the Lives of Young Women: Victimization, Perpetration, and Bidirectional Violence. *Violence and Victims, 28*(1), 103-121. https://doi:10.1891/0886-6708.28.1.103

Rutter, M. (2012). Resilience as a dynamic concept. *Development and Psychopathology*, 24(02), 335–344. https://doi.org/10.1017/s0954579412000028

Stuart, G., Moore, T., Hellmuth, J., Ramsey, S. & Kahler, C. (2006). Reasons for Intimate Partner Violence Perpetration Among Arrested Women. Violence Against Women, *12(7), 609–621.* https://doi.org/10.1177/1077801206290173

Swan, S.C., & Snow, D. L. (2006). The development of a theory of women's use of violence in intimate relationships. *Violence Against Women. 12*(11), 1026–1045. https://doi.org/10.1177/1077801206293330

Tsirigotis, K., & Luczak, J. (2017). Resilience in Women who Experience Domestic Violence. *Psychiatric Quarterly, 89*(1), 201–211. https://doi.org/10.1007/s11126-017-9529-4

Ungar, M. (2013). Resilience, Trauma, Context, and Culture. *Trauma, Violence, & Abuse*, 14(3), 255–266. https://doi.org/10.1177/1524838013487805

Whitaker, D. J.; Haileyesus, T.; Swahn, M.; Saltzman, L. S. (2007). Differences in Frequency of Violence and Reported Injury Between Relationships With Reciprocal and Nonreciprocal Intimate Partner Violence. *American Journal of Public Health, 97*(5), 941–947. https://doi:10.2105/AJPH.2005.079020

World Health Organization. (2002). World report on violence and health: summary. *World Report on Violence and Health, 22*(2). https://doi.org/10.1016/S0140-6736(02)11133-0

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agaibi, C.E., & Wilson, J.P. (2005). Trauma, PTSD, and resilience: A review of the literature. *Trauma, Violence, & Abuse, 6*(3), 195–216. https://doi:10.1177/1524838005277438

Aguilar, P. & Rodríguez, P. (2015). Resiliencia y actitudes frente a la violencia conyugal en la Libertad. *Revista de Psicología,* 17(2), 30-35. https://revistas.ucv.edu.pe/index.php/revpsi/article/view/382

Alim, T.N., Feder, A., Graves, R.E., Wang, Y., Weaver, J., Westphal, M., Alonso, A., Aigbogun, N.U., Smith, B. W., Doucette, J. T., Mellman, T.A., Lawson, W.B. & Charney, D.S. (2008). Trauma, resilience, and recovery in a high-risk African-American population. *American Journal of Psychiatry.* 165(12):1566–1575. https://doi: 10.1176/appi.ajp.2008.07121939.

Anderson, K. M., Renner, L. M. & Danis, F. S. (2012). Recovery: Resilience and Growth in the Aftermath of Domestic Violence. *Violence Against Women, 18*(11), *1279–1299.* https://doi:10.1177/1077801212470543

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2012). Violência doméstica. https://apav.pt/vd/index.php/features2

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2021). Estatísticas APAV. *Relatório Anual 2020.* https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_Relatorio_Anual_2020.pdf

Barner, J. R., & Carney, M. M. (2011). Interventions for Intimate Partner Violence: *A Historical Review. Journal of Family Violence, 26*(3), 235–244. https://doi:10.1007/s10896-011-9359-3

Barroso, Z. (2007). *Violência nas Relações Amorosas*. Edições colibri

Borooah, V. (2005) Caste, inequality, and poverty in India. 9(3), 399–414 https://doi.org/10.1111/j.1467-9361.2005.00284.x

Braga, E. & Gonçalves, I. (2021, junho) Curso B-Learning | Formação de Profissionais na área da Violência Doméstica. Plataforma MOQI e Plataforma ZOOM

Brandão, J. M., Mahfoud, M., & Gianordoli-Nascimento, I. F. (2011). Resiliência em psicologia. *Discutindo as origens. Paidéia 21*(49) 263-271. https://www.scielo.br/j/paideia/a/X8smHqGPJnV9jWTCYTmTmrx/?lang=pt&format=pdf

Carbone-Lopez, K., Kruttschnitt, C., & Macmillan, R. (2006). Patterns of intimate partner violence and their associations with physical health, psychological distress, and substance use. *Public Health Report*, *121*(4), 382– 392. http://doi.org/10.1177/003335490612100406

Coelho, E. B.; Silva, A. C., & Lindner, S. R. (2014). Violência: Definições e Tipologias. Trindade Florianópolis.

https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/1862/1/Definicoes_Tipologias.pdf

Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género [CIG]. (2018) Publicada a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não-discriminação – Portugal + Igual. Diário da República Eletrónico. https://www.cig.gov.pt/2018/05/publicada-estrategia-nacional-igualdade-nao-discriminacao-portugal/

Connor, K. M., & Davidson, J. R. T. (2003). Development of a new resilience scale: The Connor-Davidson Resilience Scale (CD-RISC). *Depression and Anxiety, 18(2), 76–82.* https://doi.org/10.1002/da.10113

Connor, K. M., & Davidson, J. R. T. (2020). Scoring and interpetration of the Connor-Davidson Resilience Scale (CD-RISC).

Costa, D., Soares, J., Lindert, J., Hatzidimitriadou, E., Sundin, Ö., Toth, O., & Barros, H. (2015). Intimate partner violence: a study in men and women from six European countries. *International Journal of Public Health, 60*(4), 467–478. https://doi.org/10.1007/s00038-015-0663-1

Cyrulnik, B. (2001). La Maravilla del Dolor. El Sentido de la Resiliencia. Barcelona: Granica.

Cyrulnik, B. & Anaut, M (2016). Por qué la resiliencia? Lo que nos permite reanudar la vida. Gedisa.

Direção Geral de Saúde (DGS) & Ação de Saúde Sobre Género Violência e Ciclo de Vida (ASGVCV). (2016). *Violência interpessoal abordagem, diagnóstico e intervenção nos serviços de saúde* (2ª edição).Direção-Geral de Saúde. https://www.dgs.pt/accao-de-saude-para-criancas-e-jovens-em-risco/ficheiros-externos/violencia_interpessoal-pdf.aspx

Dobash, R. P., Dobash, R. E., Wilson, M., & Daly, M. (1992). The Myth of Sexual Symmetry in Marital Violence. *Social Problems,* 39(1), 71–91. https://doi.org/10.2307/3096914

Fingergut, D. (2011). *Apego e resiliência: Construindo e re-significando vínculos*. INCISA. https://grupoomega.org/wp-content/uploads/2018/06/APEGO-E-RESILIÊNCIA-CONSTRUINDO-E-RE-SIGNIFICANDO-VINCULOS.pdf

Giles, J., & Curreen, H. (2007). Phases of Growth for Abused New Zealand Women A Comparison With Other Studies. *Afilia, 22*(4), 371-384. https://doi.org/10.1177/0886109907306310

Gondolf, E. W., & Fisher, E. R. (1988). Battered women as survivors: An alternative to treating learned helplessness. *Lexington Books/D. C. Heath and Com*. https://psycnet.apa.org/record/1988-98440-000

Howell, K. H., Thurston, I. B., Schwartz, L. E., Jamison, L. E., & Hasselle, A. J. (2018). Protective factors associated with resilience in women exposed to intimate partner violence. *Psychology of Violence, 8*(4), 438–447. https://doi.org/10.1037/vio0000147

Humphreys, J. (2003). Resilience in Sheltered Battered Women. *Issues in Mental Health Nursing, 24*(2), 137–152. https://doi.org/10.1080/01612840305293

Jewkes, R. (2002). Intimate partner violence causes and prevention. *The Lancet*, 359(9315), 1423–1429. https://doi.org/10.1016/s0140-6736(02)08357-5

Johnson, M. P. (2006). Conflict and Control. Violence Against Women, *12(11), 1003–1018* https://doi.org/10.1177/1077801206293328

Kelly, J. & Johnson, M. (2008). Differentation Among Types os intimate partner Violence: Research Update and Implications for Interventions. *Family Court Review*, 46(3), 476-499. https://doi.org/10.1111/j.1744-1617.2008.00215.x

Langhinrichsen-Rohling, J. (2005). Top 10 successes: important findings and future directions for research on intimate partner violence. *Journal of Interpersonal Violence, 20(1), 108–118.* https://doi.org/10.1177/0886260504268602

Lisboa, M., Barroso, Z., Patrício, J., & Leandro, A. (2009). *Violência e género: Inquérito nacional sobre a violência exercida contra mulheres e homens*. Comissão para a cidadania e igualdade de género.

https://run.unl.pt/bitstream/10362/56714/1/Viol_ncia_e_G_nero.pdf

Lourenço, L. M., & Costa, D. P. (2020). Violência entre Parceiros Íntimos e as Implicações para a Saúde da Mulher. *Gerais: Revista interinstitucional de Psicologia.* 13(1). http://dx.doi.org/10.36298/gerais2020130109

Machado, A., Santos, A., Graham-Kevan, N., & Matos, M. (2019). The prevalence of BiDirectional intimate partner violence reported by Portuguese men. *International Journal of Law, Crime and Justice, 57*, 83-90. https://doi:10.1016/j.ijlcj.2019.03.002

Manual de procedimentos dos serviços de apoio à vítima de crime na APAV. (2013). https://www.apav.pt/intranet16/images/manuais/manuais_intranet/MANUAL_PROCEDIMENTOS_22_07_2013.pdf

Martins, M. H., & Jesus, S. N. (2007). Factores de Resiliência e Bem-Estar: Compreender e Actuar para resistir. In: Matias, M. M; Jesus, S. N. & Oliveira, V. B. (Orgs.). Psicologia da Saúde: Teoria Pesquisa (Cap. 5), 85-114. Editorial Metodista. Retirado de: https://docplayer.com.br/40158599-Psicologia-da-saude-teoria-e-pesquisa.html

Matos, M. (2002). Violência Conjugal. In R. Gonçalves & C. Machado (Eds.). Violência e Vítimas de Crimes, Vol. I - Adultos. Quarteto

McHugh, M. C., & Frieze, I. H. (2006). Intimate partner violence: New directions. *Annals of the New York Academy of Sciences, 1087*, 121–141. https://doi.org/10.1196/annals.1385.011

Paiva, C., & Figueiredo, B. (2006). Versão portuguesa das "Escalas de Táticas de Conflito Revisadas": Estudo de validação. *Psicologia: Teoria e Prática*. *8*(2), 14-39. https://hdl.handle.net/1822/41636

Palmetto, N., Davidson, L., & Rickert, V. (2013). Predictors of Physical Intimate Partner Violence in the Lives of Young Women: Victimization, Perpetration, and Bidirectional

Violence. *Violence and Victims, 28*(1), 103-121. https://doi:10.1891/0886-6708.28.1.103

Paulino, M. & Rodrigues, M. (2016). *Violência Doméstica – Identificar | Avaliar | Intervir*. (1ª edição). Prime Books

Rutter, M. (2012). Resilience as a dynamic concept. *Development and Psychopathology*, *24*(02), 335–344. https://doi.org/10.1017/s0954579412000028

Southwick, S. M.; Bonanno, G. A.; Masten, A. S.; Panter-Brick, C; Yehuda, R. (2014). Resilience definitions, theory, and challenges: interdisciplinar perspectives. *European Journal of Psychotraumatology* *5*(1), 25338. https://doi:10.3402/ejpt.v5.25338

Stuart, G., Moore, T., Hellmuth, J., Ramsey, S. & Kahler, C. (2006). Reasons for Intimate Partner Violence Perpetration Among Arrested Women. Violence Against Women, *12(7), 609–621.* https://doi.org/10.1177/1077801206290173

Stark, E. (2006). Commentary on Johnson's "Conflict and Control: Gender Symmetry and Asymmetry in Domestic Violence." *Violence Against Women, 12(11), 1019–1025.* https://doi.org/10.1177/1077801206293329

Straus, M. A., Hamby, S. L., Boney-McCoy, S., & Sugarman, D. B. (1996). The Revised Conflict Tactics Scale (CTS2): Development and Preliminary Psychometric Data. Journal of Family Issues, 17(3), 283–316. https://doi.org/0803973233

Swan, S.C., & Snow, D. L. (2006). The development of a theory of women's use of violence in intimate relationships. *Violence Against Women.* 12(11):1026–1045. https://doi.org/10.1177/1077801206293330

Tsirigotis, K., & Luczak, J. (2017). Resilience in Women who Experience Domestic Violence. *Psychiatric Quarterly, 89*(1), 201–211. https://doi.org/10.1007/s11126-017-9529-4

Ungar, M. (2013). Resilience, Trauma, Context, and Culture. *Trauma, Violence, & Abuse*, 14(3), 255–266. https://doi.org/10.1177/1524838013487805

Valenzuela V., Vitorino L., Valenzuela E., Vianna L. (2022). Violência por parceiro íntimo e resiliência em mulheres da Amazônia ocidental brasileira. *Acta Paul Enferm, 35*. https://doi:10.37689/acta-ape/2022AO0199345

Walsh, F. (1998). Strengthening family resilience. Guilford.

Whitaker, D. J.; Haileyesus, T.; Swahn, M.; Saltzman, L. S. (2007). Differences in Frequency of Violence and Reported Injury Between Relationships With Reciprocal and Nonreciprocal Intimate Partner Violence. *American Journal of Public Health, 97(5), 941–947*. https://doi:10.2105/AJPH.2005.079020

World Health Organization. (2002). World report on violence and health: summary. *World Report on Violence and Health, 22*(2). Geneva. https://doi.org/10.1016/S0140-6736(02)11133-0

ANEXOS

Anexo 1 – Nível de significância entre as subescalas da dimensão perpetração

	Abuso físico sem seq. ligeiro	Agressão psi. severo	Abuso físico com seq. ligeiro	Abuso físico sem seq. severo	Abuso físico com seq. severo	Agressão psicológica ligeiro	Negocia-ção cognitiva	Negocia-ção emocional	Coerção sexual ligeiro
C. sexual severo	.02	<.00	<.00	.60	.08	<.00	<.00	<.00	0.11
A. físico sem seq. severo	.07	<.00	<.00	.21	-	<.00	.00	.00	0.28
C. sexual ligeiro	.45	.08	.07	-	.87	<.00	<.00	<.00	-
A. físico com seq. severo	.55	.12	.10	-	-	<.00	<.00	.00	-
A. físico sem seq. ligeiro	-	.33	.28	-	-	<.00	<.00	<.00	-
A. psi. severo	-	-	.92	-	-	<.00	<.00	<.00	-
A. físico com seq. ligeiro	-	-	-	-	-	<.00	<.00	<.00	-
A. psi. ligeiro	-	-	-	-	-	-	.04	<.00	-

Através das comparações múltiplas verificou-se que há diferenças significativas entre: (a) coerção sexual severo com o abuso físico sem sequelas ligeiro (p = .02); agressão psicológica severo (p < .00); abuso físico com sequelas ligeiro (p < .00); agressão psicológica ligeiro (p < 0.001); negociação cognitiva (p < .00) e negociação emocional (p < .00); (b) entre o abuso físico sem sequelas severo com a agressão psicológica severo (p < .00); abuso físico

com sequelas ligeiro ($p < .00$); agressão psicológica ligeiro ($p < .00$); negociação cognitiva ($p < .00$) e negociação emocional ($p < .00$); (c) entre a coerção sexual ligeiro, com a agressão psicológica ligeiro ($p < 0.001$); negociação cognitiva ($p < .00$) e negociação emocional ($p < .00$); (d) entre o abuso físico com sequelas severo, com a agressão psicológica ligeiro ($p < .00$); negociação cognitiva ($p < .00$) e negociação emocional ($p < .00$); (e) entre o abuso físico sem sequelas ligeiro com a agressão psicológica ligeiro ($p < .00$); negociação cognitiva ($p < .00$) e negociação emocional ($p < .00$); (f) entre a agressão psicológica severo com a agressão psicológica ligeiro ($p < .00$); negociação cognitiva ($p < .00$) e negociação emocional ($p < .00$); (g) entre o abuso físico com sequelas ligeiro com a agressão psicológica ligeiro ($p < .00$); negociação cognitiva ($p < .00$) e negociação emocional ($p < .00$) e (h) entre a agressão psicológica ligeiro ($p < .00$); negociação cognitiva ($p = .04$) e negociação emocional ($p < .00$).

Anexo 2 - Nível de significância entre as subescalas da dimensão vitimização

	Abuso físico sem seq. ligeiro	Agressão psi. severo	Abuso físico com seq. ligeiro	Abuso físico sem seq. severo	Agressão psicológica ligeiro	Negociação cognitiva	Negociação emocional	Coerção sexual severo	Coerção sexual Ligeiro
A. físico com seq. severo	<.00	<.00	.42	.01	<.00	<.00	<.00	.16	<.00
A. físico com seq. ligeiro	<.00	<.00	-	.09	<.00	<.00	<.00	.56	<.00
C. sexual severo	<.00	<.00	-	.27	<.00	<.00	<.00	-	<.00
A. físico sem seq. severo	<.00	<.00	-	-	<.00	<.00	<.00	-	<.00
C. sexual ligeiro	.78	.14	-	-	<.00	.02	.06	-	-
A. físico sem seq. ligeiro	-	.23	-	-	<.00	.04	.10	-	-
A. psi. severo	-	-	-	-	<.00	.43	.67	-	-
Neg. emocional	-	-	-	-	<.00	.72	-	-	-
Neg. cognitiva	-	-	-	-	<.00	-	-	-	-

Através das comparações múltiplas verificou-se que há diferenças significativas entre: (a) abuso físico com sequelas severo, com o abuso físico sem sequelas severo ($p = .01$); coerção sexual ligeiro ($p < .00$); abuso físico sem sequelas ligeiro ($p < .00$); agressão psicológica severo ($p < .00$); negociação cognitiva ($p < .00$) negociação emocional ($p < .00$) e agressão psicológica ligeiro ($p < .00$); (b) entre o abuso físico com sequelas ligeiro com a coerção sexual ligeiro (p

< .00); abuso físico sem sequelas ligeiro (p < .00); agressão psicológica severo (p < .00); negociação cognitiva (p < .00) negociação emocional (p < .00) e agressão psicológica ligeiro (p < .00); (c) entre a coerção sexual severo com a coerção sexual ligeiro (p < .00); abuso físico sem sequelas ligeiro (p < .00); agressão psicológica severo (p < .00); negociação cognitiva (p < .00) negociação emocional (p < .00) e agressão psicológica ligeiro (p < .00); (d) entre o abuso físico sem sequelas severo com a coerção sexual ligeiro (p < .00); abuso físico sem sequelas ligeiro (p < .00); agressão psicológica severo (p < .00); negociação cognitiva (p < .00) negociação emocional (p < .00) e agressão psicológica ligeiro (p < .00); (e) entre a coerção sexual ligeiro, com a negociação cognitiva (p = .02) e agressão psicológica ligeiro (p < .00); (f) entre o abuso físico sem sequelas ligeiro com a negociação cognitiva (p = .04) e agressão psicológica ligeiro (p < .00); (g) entre a agressão psicológica severo com a agressão psicológica ligeiro (p < .00); (h) entre a negociação emocional com a agressão psicológica ligeiro (p < .00); (i) entre a negociação cognitiva com a agressão psicológica ligeiro (p < .00).